UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

Aos 21 dias do mês de setembro 2021, realizou-se a segunda reunião do ano do Colegiado do Curso de Gestão Pública. O item único tratou apresentação do novo Projeto Pedagógico do Curso, elaborado pela Comissão instituída para este fim pela Portaria CCSO 17/202. Neste sentido, o relator, prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto, informou a metodologia de trabalho da Comissão, que envolveu atuação em conjunto com as comissões dos cursos de Administração e Processos Gerenciais e diversas reuniões com o corpo docente, discente e técnico administrativo. Destacou os principais pontos do documento, em especial a padronização das disciplinas, a integralização da extensão, a migração do currículo atual para o novo e suas equivalências, o novo regramento para as atividades complementares e a criação do Programa Gestão Pública em Ação. Ressaltou que o documento foi aprovado em reunião do NDE (Ata 1432561). Consultados os membros do Colegiado, todos acataram o parecer do relator, constando aprovado por unanimidade o documento 1436288. Nada mais havendo a tratar, lavro a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL LENA MARCHIORI NETO**, **Coordenador de Curso de Graduação, Colegiado do Curso de Gestão Pública**, em 21/09/2021, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SERPA PINTO**, **Professor do Magistério Superior/Assoc./Tit.**, em 21/09/2021, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **DARY PRETTO NETO**, **Professor do Magistério Superior/Adjunto**, em 21/09/2021, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA BRAGA DE AZAMBUJA**, **Coordenadora de Curso de Graduação, Colegiado do Curso de Administração**, em 21/09/2021, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE CASALI**, **Professor do Magistério Superior/Adjunto**, em 21/09/2021, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **VILMAR ANTONIO GONCALVES TONDOLO**, **Professor do Magistério Superior/Adjunto**, em 21/09/2021, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO BARCELOS**, **Professor do Magistério Superior/Adjunto**, em 21/09/2021, às 20:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Louise Oliveira Elias**, **Usuário Externo**, em 21/09/2021, às 21:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Paiva da Rosa**, **Usuário Externo**, em 21/09/2021, às 22:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO SILVA RODRIGUES**, **Professor do Magistério Superior/Assoc./Tit.**, em 22/09/2021, às 04:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1436277** e o código CRC **7FC725B4**.

Referência: Processo nº 23110.029419/2021-34 SEI nº 1436277



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIO-ORGANIZACIONAIS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE

GESTÃO PÚBLICA

Pelotas, RS

2021

Reitora: Profa. Dra. Isabela Fernandes Andrade
Vice-Reitora: Profa. Dra. Úrsula Rosa da Silva
Pró-Reitora de Ensino: Profa. Dra. Maria de Fátima Cóssio

Coordenador: Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto
Substituto Eventual: Prof. Dr. Marcio Barcelos
Secretário do Curso: Yuri da Silva Serafim

Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Portaria CCSO n. 32 de 15 de Junho de 2021
Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente)
Prof. Dr. Dary Pretto Neto
Profa. Ma. Flavia Braga de Azambuja
Prof. Dr. Marcio Barcelos
Prof. Dr. Rodrigo Serpa Pinto

SUMÁRIO

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA 1
1. CONTEXTUALIZAÇÃO 1
1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS 1
1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel 1
QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL 1
1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas 2
1.2. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA 10
1.2.1.Dados de Identificação do Curso 10
QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 10
1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Gestão Pública 11
1.2.3.Legislação considerada no PPC 12
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 15
2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC 15
2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 16
2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO 18
2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO 19
2.5. OBJETIVOS DO CURSO 20
2.6. PERFIL DO EGRESSO 21
2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 22
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 23
3.1. ESTRUTURA CURRICULAR 23
TABELA 1: CARGA HORÁRIA DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL 25
3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR 28
TABELA 2: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR 28
3.3. MATRIZ CURRICULAR 29
QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR 29
3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO 32
3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 33
QUADRO 4: QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 33
3.6. ESTÁGIOS 34
3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 36

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 5

3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR 37
QUADRO 5: ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES 38
3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO 40
TABELA 3: TABELA SÍNTESE DA FORMAÇÃO EM EXTENSÃO 43
3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO – EQUIVALÊNCIA ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES 43
QUADRO 6: COMPONENTES CURRICULARES EQUIVALENTES PARA ADAPTAÇÃO CURRICULAR ..44
3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES 45
QUADRO 7: MODELO DE CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES 45
4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO 80
4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS 80
TABELA 4. RESUMO DE METODOLOGIAS ATIVAS APONTADAS POR COLLOR (2019) 80
4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM 82
4.3. APOIO AO DISCENTE 85
FIGURA 1: CAFÉ COM A DIREÇÃO 87
FIGURA 2: CONEXÃO CCSO 88
FIGURA 3: ACOLHIDA CCSO 89
5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA 90
5.1. COLEGIADO DE CURSO 90
5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE 92
5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO 94
6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 95
7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 96
QUADRO 8: PROJETOS UNIFICADOS ATIVOS EM 2021 97
FIGURA 4: AULA MAGNA COM LAURA CARVALHO (USP) 98
8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO 99
9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM 100
10. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) 102
11. CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA 103
II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 105
TABELA 5. QUADRO DE DOCENTES DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA 105
III - INFRAESTRUTURA 107
FIGURA 5: MAPA DO CAMPUS ANGLO 107

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 6

FIGURA 6: PRÉDIOS DO CAMPUS ANGLO 108
FIGURA 7: RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO 109
FIGURA 8: BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO 110
FIGURA 9: AUDITÓRIO NO 4° ANDAR DO CAMPUS ANGLO 111
REFERÊNCIAS 112
APÊNDICE 1 - 117
Modelo de Requerimento de Atividades Complementares 117

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 7

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: Universidade Federal de Pelotas –UFPel		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público - Federal	**CNPJ/MF:** 92.242.080/0001-00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil	**Fone:** +55 53 3284.4000 Site: www.ufpel.edu.br e-mail: reitor@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento Decreto Nº documento: 49529 Data de Publicação: 13/12/1960	**Prazo de Validade:** Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto Nº documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	**Prazo de Validade:** Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Credenciamento EAD Portaria Nº documento: 1.265 Data de Publicação: 29/09/2017	**Prazo de Validade:** Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EAD - Conceito Institucional EAD:	3	2013
IGC – índice Geral de Cursos:	4	2018
IGC Contínuo:	3,5277	2018
Reitora: Isabela Fernandes Andrade	Gestão 2021-2024	

1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas[1]

Localizada no Sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre, capital do Estado, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi criada, em 1969. Sua história remonta à Universidade Rural do Sul (URS), cujo surgimento, em 1960, resultou de esforços movidos por professores da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, que desde 1957 lutavam por sua criação. O decreto que criava a Universidade Rural do Sul, vinculada ao Ministério da Agricultura, era composto pela centenária Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Veterinária, Escola de Pós-Graduação e pelo Centro de Treinamento e Informação (Cetreisul), considerado uma unidade acadêmica.

Em 1967, o decreto nº 60.731 federalizou a Universidade Rural do Sul, sendo transferida para o Ministério da Educação e Cultura, passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), e as unidades passaram de cursos a faculdades. Em 1968, foi criada uma comissão composta por professores e acadêmicos, destinada a estudar e propor a reestruturação da universidade. Assim, em 8 de agosto de 1969, o Presidente da República assinou decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal de Pelotas (UFPel), composta pelas Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) – as duas últimas pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958.

E outras instituições particulares que existiam em Pelotas foram agregadas à UFPel, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse). E, no mesmo ano, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), também passou a fazer parte da UFPel. De sua parte, a Faculdade de Ciências Domésticas deu origem a outras unidades, como a Faculdade de Educação, o Curso de Química de Alimentos e a Faculdade de Administração e de Turismo. Foi responsável também pela criação do Serviço de Informação e Orientação ao Consumidor (Siocon), que atuou durante 18 anos em Pelotas, na educação e

[1] O texto que segue foi retirado na íntegra do sítio eletrônico da UFPel. Disponível em: http://portal.ufpel.edu.br/historico. Acesso em 20/08/2021.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 9

defesa do consumidor. O objeto de estudo da Faculdade de Ciências Domésticas sempre foi a família, principalmente a de baixa renda. Formava profissionais bacharéis e licenciados para ensino de 1º e 2º graus. Teve seu último vestibular em 1997. Suas memórias fazem parte das raízes da UFPel.

A área agrária, portanto, de grande importância para o desenvolvimento da região, de economia predominantemente agropastoril, deu grande contribuição para a formação da Universidade. Mas também foram relevantes a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem, visto que ambas deram origem a toda a estrutura da área da saúde na UFPel. Como contrapartida, essa estrutura, através dos ambulatórios da Faculdade de Medicina e do Hospital Escola da Universidade, é decisiva para a saúde de Pelotas e cidades vizinhas, visto o grande número de atendimentos realizados a pacientes do SUS.

A Universidade Federal de Pelotas teve como primeiro reitor o professor Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, o qual administrou a Universidade até 1977. Em sua gestão a UFPel expandiu-se, tanto em número de cursos quanto de alunos, estruturando-se como universidade e construindo o seu campus nas instalações da antiga UFRRS, junto à Faculdade de Agronomia, no Capão do Leão. Na sequência, ocuparam o cargo de reitor os professores Ibsen Wetzel Stephan(1977-1981), José Emílio Gonçalves Araújo(1982-1984), Ruy Brasil Barbedo Antunes(1984-1988), Amílcar Goyhenex Gigante(1989-1993), Antonio Cesar Gonçalves Borges(1993-1997), Inguelore Scheunemann de Souza(1997-out/2004), André Luiz Haack(dez/2004 a janeiro/2005 – pro tempore), Antonio Cesar Gonçalves Borges(2005-2009 e 2009-2013), Mauro Augusto Burkert Del Pino (2013-2017), Pedro Rodrigues Curi Hallal (2017-2021) e Isabela Fernandes Andrade (atual).

Como vice-reitores, figuram os nomes dos professores Renato Rodrigues Peixoto, Alexandre Valério da Cunha, Guido Kaster, Clinéa Campos Langlois, Léo Zilberknop, Paulo Eduardo Brenner Soares, Luiz Henrique Schuch, Daniel de Souza Soares Rassier, José Carlos da Silveira Osório, Jorge Luiz Nedel, André Luiz Haack, Telmo Pagana Xavier, Manoel Luiz Brenner de Moraes, Carlos Rogério Mauch, Denise Gigante e Luís Isaías Centeno do Amaral e Úrsula Rosa da Silva.

Estruturação e Desenvolvimento

Segundo o professor e historiador Mário Osório Magalhães (falecido em 2012), em seu livro “UFPel: 30 Anos”, após a criação da UFPel, iniciou-se o período de estruturação da

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 10

Universidade, com a implantação dos seus órgãos administrativos, a reformulação e adequação das antigas unidades e a criação dos institutos básicos necessários ao seu funcionamento. Os relatos são subsidiados pelo artigo da professora do ICH e coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, professora Beatriz Ana Loner, intitulado "Um breve histórico" (págs. 29 a 48).

De acordo com as informações contidas no artigo, foram então criados o Instituto de Ciências Humanas, o Instituto de Biologia, o Instituto de Química e Geociências, o Instituto de Física e Matemática e o Instituto de Letras e Artes, todos previstos no decreto nº 65.881/69, que estabeleceu a estrutura da nova Universidade.

As demais unidades foram surgindo ao longo dos anos, algumas a partir de novas necessidades, surgidas no campo do ensino e pesquisa; outras, pelo desmembramento de cursos no interior de unidades estabelecidas, vindo a constituir-se em novas unidades.

Assim, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo surgiu em 1988, desvinculando-se do Instituto de Letras e Artes, que, por sua vez, havia sido criado em 1970, como Instituto de Artes, abrangendo a antiga Escola de Belas Artes, D. Carmen Trápaga Simões.

A Reforma do Ensino, criando a necessidade de que se formassem profissionais nessa nova área, estimulou a criação da Escola Superior de Educação Física, que data de 1971. As disciplinas da área de pedagogia, que se encontravam ligadas à Faculdade de Ciências Domésticas, deram origem a uma unidade específica, a Faculdade de Educação, constituída em 1976.

A Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (hoje Faculdade de Enfermagem) originou-se do curso de Enfermagem, transformando-se em unidade independente em 1988. O curso de Nutrição foi criado em 1974, vinculado à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e, depois, à Faculdade de Medicina, transformando-se em Faculdade de Nutrição em 1988.

A Engenharia Agrícola iniciou seu curso em 1973, o primeiro do gênero no país; foi transformada em Faculdade no ano de 1988. O curso de Meteorologia iniciou suas atividades em 1979, para atender à demanda de profissionais para a região sul do Brasil, transformando-se em faculdade em 1989.

Como órgãos suplementares, faziam parte da UFPel, segundo o Estatuto da Fundação, a Estação Experimental de Piratini, A Estação Experimental da Palma, o Centro de Treinamento e Informação do Sul (Cetreisul), a Imprensa Universitária, a Biblioteca Central, o Museu, e a Casa para Estudantes. Como órgãos complementares, constavam o Colégio Agrícola Visconde da Graça e o Colégio de Economia Doméstica Rural.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 11

O processo de unificação dos cursos, unidades e órgãos dos mais variados, que formavam o espólio recebido pela nova universidade, não foi tarefa fácil de ser executada. Isso porque a própria forma de sua criação e o momento político em que ela ocorreu não permitiram que o seu desenvolvimento seguisse um plano diretor. Sendo assim, não havia como unificar setores, anteriormente isolados, com regimes e experiências diferentes, num todo harmônico e coerente, dentro de uma proposta universitária pensada e gestada pelas comunidades interna e externa.

Nascida no contexto da Reforma Universitária de 1968, a UFPel buscou adequar-se aos seus parâmetros, os quais nortearam a sua implantação e os seus primeiros passos, até que o processo de redemocratização política do país sinalizasse novos rumos para as universidades públicas brasileiras.

A exemplo do que ainda acontece nos dias atuais, uma das principais questões que monopolizava as atenções nas primeiras décadas de existência da Universidade era a inadequação da estrutura física, dividida em vários locais, dos quais o principal ficava no município do Capão do Leão (emancipado de Pelotas em 1982), compreendendo a Reitoria e demais órgãos administrativos – transferidos do histórico prédio utilizado inicialmente, na praça Sete de Julho –, algumas faculdades e cursos básicos. Além desses, existiam várias outras unidades espalhadas pela zona urbana, além do CAVG, localizado quase em polo oposto da cidade. No entanto, as dificuldades de ordem internas e financeiras se fizeram sentir, impedindo mudanças definitivas na localização espacial da UFPel, situação que perpassou todas as gestões administrativas. Por fim, a instituição resignou-se a ter vários campi, distribuídos entre a zona urbana e rural.

O processo de expansão

Depois de décadas caracterizadas por um crescimento permanente, porém cadenciado, a Universidade experimentou, nos últimos anos, uma expansão sem precedentes, deflagrada a partir de sua adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a partir de 2007. O número de cursos saltou de 58 para 96, enquanto o número de estudantes cresceu de cerca de oito mil para mais de 16 mil.

O fim do concurso Vestibular e a consequente adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do Ministério da Educação, deu à comunidade discente da UFPel uma nova configuração: a multiplicidade de sotaques, origens e características culturais, uma vez que os

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 12

novos estudantes são oriundos de quase todos os estados da Federação e, ao ingressarem na Universidade, trazem consigo as influências regionais.

Para fazer frente à nova configuração acadêmica da instituição, tornou-se necessário expandir a área física. Áreas antes ocupadas por iniciativas do segmento empresarial, que no passado ditaram o desenvolvimento econômico do município, mas que sucumbiram diante de sucessivas crises, foram adquiridas e começam a ganhar vida, agora destinadas à Academia.

A adesão ao REUNI trouxe expressivos avanços à Universidade, que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio. Mas também, e principalmente, na implementação de políticas de inclusão e de assistência estudantil para garantir e ampliar o acesso à universidade de estudantes de baixa renda, negros, quilombolas e pessoas com deficiência.

Atualmente a Universidade conta com quatro campi: Campus Capão do Leão, Campus Porto, Campus Centro, Campus Norte, o Campus Fragata e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. A UFPEL tem 22 unidades acadêmicas e conta com 96 cursos de Graduação presenciais, sendo 66 bacharelados, 22 licenciaturas, oito tecnólogos e três cursos de graduação a distância, em 117 polos. Na pós-graduação, são 26 doutorados, 50 mestrados, seis cursos de mestrado profissional e 34 cursos de especialização. Na área da pesquisa, estão em andamento 2.698 projetos, distribuídos em diferentes áreas do conhecimento, além de milhares de projetos de extensão voltados para a inserção da universidade na comunidade local. Em números de recursos humanos a UFPel conta, atualmente, com:

- Estudantes de Graduação | 16.461
- Estudantes EAD | 1.763
- Estudantes de Doutorado | 1.034
- Estudantes de Mestrado | 1.174
- Estudantes de Especialização | 285
- Estudantes de Mestrado Profissional | 110
- Docentes | 1.356
- Servidores Técnicos Administrativos | 1.332
- Professores Substitutos | 99

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 13

Em termos de estrutura física, contamos atualmente com área construída de aproximadamente 211.106,22 m2. A UFPel conta com prédios distribuídos em diversos locais, principalmente no município de Pelotas e município do Capão do Leão. Os alunos da Universidade Federal de Pelotas contam atualmente com aproximadamente 398 salas de aula que representam uma área de 19.540,93 m², 9 bibliotecas que somam 3.928,96 m², 700 laboratórios, ambientes e cenários de prática didática que totalizam 20.892,24 m², 15 auditórios ou 1.960,98 m², três restaurantes escola ocupando 1.605,34 m² e uma casa do estudante com 1.943,63 m².

Como área administrativa, são utilizadas 1.331 instalações que ocupam somadas 32.089,36 m². As unidades acadêmicas estão distribuídas no município de Pelotas: Centro de Artes (CA), Centro de Ciências Socio-Organizacionais (CCSO), Centro de Engenharias (CENG), Conservatório de Música (CM), Escola Superior de Educação Física (ESEF), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Educação (FAE), Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (FEO), Faculdade de Letras (FL), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Nutrição (FN), Faculdade de Odontologia (FO), Instituto de Ciências Humanas (ICH) e Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP). As unidades acadêmicas que estão situadas no município do Capão do Leão são: Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), Faculdade de Meteorologia (FMet), Faculdade de Veterinária (FVet) e Instituto de Biologia (IB).

No município do Capão do Leão também está localizado o Centro Agropecuário da Palma com 1.256 ha de área, responsável pelo apoio às atividades de produção, de ensino, de pesquisa e de extensão da área de ciências agrárias, com 72 prédios, que totalizam 8.912 m2 de área construída. O Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTec) e Instituto de Física e Matemática (IFM) possuem cursos em ambos os municípios (Pelotas e Capão do Leão). O Centro de Integração do Mercosul (CIM) possui cursos em Pelotas, Pinheiro Machado e Eldorado do Sul.

Além dos campi, a Universidade também tem sob seu controle as seguintes áreas: Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo, com 29 ha e 8.762,25 m2 de área construída (seis prédios), instalada no município do Capão do Leão, Barragem de Irrigação do Arroio Chasqueiro, com 1.915 ha e 835,84 m2 de área construída (cinco prédios), situada no município de Arroio Grande, com os postos meteorológicos de Santa Vitória do Palmar e de Santa Isabel, respectivamente com 96,42 m2 e 59,48 m2 de área construída.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 14

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Gabinete do Reitor: 3284-4001

Reitora: Isabela Fernandes Andrade

Conselho Diretor da Fundação | Úrsula Rosa da Silva – Presidente

Conselho Universitário – CONSUN | Isabela Fernandes Andrade – Presidente

Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE | Úrsula Rosa da Silva – Presidente

Gabinete do Vice-Reitor: 3284-4030

Vice-Reitora: Úrsula Rosa da Silva

Pró-Reitor de Ensino – PRE | Maria de Fatima Cossio – Fone: 3284 4060

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPPGI | Flávio Fernando Demarco – Fone: 3284 4080

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis – PRAE | Fabiane Tejada da Silveira – Fone 3284 4040

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas – PROGEP | Taís Ullrich Fonseca – Fone: 3284 3971

Pró-Reitor Administrativo – PRA | Ricardo Hartlebem Peter – Fone: 3284 3920

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN | Paulo Roberto Ferreira Júnior (Reitor eleito) – Fone: 3284 3950

Pró-Reitora de Extensão e Cultura – PREC | Eraldo dos Santos Pinheiro – Fone: 3284 3090

Diretor de Gabinetes da Reitoria | Aline Ribeiro Paliga – Fone: 3284 4000

Assessor do Reitor | Marco Aurélio Romeu Fernandes – Fone:32844000

Assessor do Vice-Reitor | Silvana Paiva Orlandi – Fone: 32844030

UNIDADES ACADÊMICAS

Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos – CCQFA | Prof. Rui Carlos Zambiazi – Diretor

Centro de Ciências Socio-Organizacionais – CCSO | Profª. Isabel Cristina Rosa Barros Rasia – Diretora

Centro das Engenharias – CENG | – Diretora

Centro de Desenvolvimento Tecnológico – CDTEC | Prof. Marilton Sanchotene de Aguiar – Diretor

Centro de Letras e Comunicação – CLC | Profª. Vanessa Doumid Damasceno – Diretora

Centro de Artes – CA | Profª – Diretora

Centro de Integração Mercosul – CIM | Prof. Javier Eduardo Silveira Luzardo – Diretor

Escola Superior de Educação Física – ESEF | Prof. Eduardo Merino – Diretor

Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – FAEM | Prof. Dirceu Agostinetto – Diretor

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAURB | Prof. Mauricio Couto Polidori – Diretor

Faculdade de Direito – FD | Prof. Pedro Moacyr Perez da Silveira – Diretor

Faculdade de Educação – FAE | Prof. Álvaro Luiz Moreira Hypolito – Diretor

Faculdade de Enfermagem – FEN | Profª. Valéria Cristina Christello Coimbra – Diretora

Faculdade de Medicina – FAMED | Profª. Julieta Maria Carriconde Fripp – Diretora

Faculdade de Meteorologia – FMET | Prof. Fabrício Pereira Harter – Diretor

Faculdade de Nutrição – FN | Profª. Silvana Paiva Orlandi – Diretora

Faculdade de Odontologia – FO | Prof. Evandro Piva – Diretor

Faculdade de Veterinária – FVET | Prof. Gilberto D'Ávila Vargas – Diretor

Instituto de Biologia – IB | Prof. Luiz Fernando Minello – Diretor

Instituto de Ciências Humanas – ICH | Prof. Sebastião Peres – Diretor

Instituto de Física e Matemática – IFM | Prof. Willian Silva Barros – Diretor

Instituto Filosofia, Sociologia e Política – IFISP | Prof. João Francisco Nascimento Hobuss – Diretor

1.2. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

1.2.1.Dados de Identificação do Curso

QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: GESTÃO PÚBLICA **Código: 120803**	
Unidade: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIO-ORGANIZACIONAIS - UFPel	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 01 – Quarto andar – campus Porto CEP 96010-610 – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil	**Fone:** + 55 53 3284-3857 **site:** wp.ufpel.edu.br/gestaopublica **e-mail:** colegiadosccso@gmail.com
Diretor/a da Unidade: Isabel Cristina Rosa Barros Rasia	**Gestão:** 2021-2025
Coordenador/a do Colegiado: Daniel Lena Marchiori Neto	**Gestão:** 2019-2021
Número de Vagas do Curso: 55	**Modalidade:** presencial
Regime Acadêmico: semestral	**Carga Horária Total:** 1770
Turno de Funcionamento: vespertino	**Tempo de Integralização:** Mínimo: 5 semestres Máximo: 9 semestres
Titulação Conferida: Tecnólogo em Gestão Pública	
Ato de autorização do curso: Parecer favorável do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) no dia 02 de junho de 20211 (Processo UFPel 23110.008707/2006-16).	
Reconhecimento do Curso: Portaria número 36 de 19/04/2012. Publicada no Diário Oficial da União de 20/04/2012.	
Resultado do ENADE: 3	
Conceito de Curso (CC) : 4	
Formas de ingresso: SiSU (44 vagas), PAVE (11 vagas)	

1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Gestão Pública

A formação acadêmica na área Gestão Pública na UFPel nasceu no ano de 2007, com a criação do Curso Seqüencial Superior de Gestão Pública. Ele concebido a partir da demanda de um número significativo de servidores da instituição por afeiçoamento de suas rotinas de trabalho. Devido ao sucesso desta iniciativa, o projeto foi reformulado, passando da categoria *Seqüencial de Formação Específica* para *Superior de Tecnologia* (Tecnólogo), ambos igualmente de nível superior. A mudança decorreu da criação do Curso Tecnológico - Lei 5.692/71, modificado pelas Leis n. 9.131/95 e 9.394/96 e pelo Decreto nº 2.406, de 27.11.97, e regulamentado pela Portaria Ministerial MEC n. 1.647, de 25.11.99. Atendendo à legislação da época, CNE/CP 3 de 18.12.2002, o curso corresponde à educação profissional de nível tecnológico, sendo designado como Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

De uma primeira turma basicamente fechada, com 20 vagas para a própria UFPel, 20 vagas para o IFSul e 20 vagas para a comunidade em geral, formada em dezembro de 2009, passou a ser um curso regular com 50 vagas. Atualmente, são oferecidas 55 vagas, sendo 44 por ingresso via SiSU-MEC (Sistema de Seleção Unificada) e 11 pelo PAVE-UFPel (Programa de Avaliação da Vida Escolar).

O curso é lotado de Ciências Socio-Organizacionais (CCSO), unidade acadêmica criada pela Resolução n. 49/2021 do CONSUN, que veio a suceder a extinta Faculdade de Administração e de Turismo. Cabe ressaltar que o CCSO conta também com um curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional e um curso de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede nacional (PROFIAP). A consolidação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é o reconhecimento, por parte da Universidade, de uma demanda constante na área pública, que apresenta, tanto nacionalmente quanto na própria cidade de Pelotas, uma diversidade grande de organizações que demandam mão de obra qualificada, as quais o curso pretende atender.

Desta forma, o curso está estruturado para atender aos diversos setores da área governamental e do terceiro setor. Atendento à Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021, busca incentivar o desenvolvimento da atividade gerencial e política do setor público com vistas a articular o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos locais. Através de atividades interdisciplinares, o curso possibilita ao aluno o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas para a gestão de processos e a produção de bens e serviços promovendo o desenvolvimento sustentável do país. Palestras, dinâmicas e visitas técnicas são

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 18

oferecidas buscando propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias, atendendo a demandas da sociedade, do mundo do trabalho e do meio acadêmico.

1.2.3.Legislação considerada no PPC

Considerando o que está descrito e referenciado ao longo deste PPC, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFPel foi concebido de acordo com os seguintes dispositivos legais ou normas internas da instituição:

- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- BRASIL. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “Histórica e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.
- BRASIL. Documento INEP, de 2015. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 19

- BRASIL. Decreto-Lei n. 750, de 8 de agosto de 1969. Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto Presidência da República n. 65.881, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Pelotas.
- BRASIL. Decreto Presidência da República n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto Presidência da República n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dipõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Resolução CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 01, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- BRASIL. Documento MEC/SERES/SETEC. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 3ª ed.
- BRASIL. Resolução MEC/CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na

Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.

- BRASIL. Portaria MEC n. 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema das modalidades de ensino (semi-presencial/a distância).
- BRASIL. Portaria MEC n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
- BRASIL. Documento MEC/INEP/DAES/SINAES, de outubro de 2017. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.
- UFPel. 1969. Estatuto da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. 1977. Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Documento PRE, de 06 de outubro de 2003. Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Resolução CONSUN n. 49, de 30 de março de 2021. Resolve criar "ad referendum" o Centro de Ciências Socio-Organizcionais – CCSO, suas Câmaras e seu Núcleo Administrativo.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 02, de 01 de fevereiro de 2006. Regulamenta o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 03, de 08 de junho de 2009. Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios, concedidos pela UFPel.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 04, de 08 de junho de 2009. Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados por alunos da UFPel.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 14, de 12 de junho de 2014. Altera os artigos das Resoluções 03/2005 e 14/2010.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 10, de 19 de fevereiro de 2015. Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Resolução CONSUN n. 13, de 10 de novembro de 2015. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 21

- UFPel. Resolução CONSUN n. 08, de 21 de julho de 2016. Aprova o Plano Institucional de Acessibilidade na Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 27, de 14 de setembro de 2017. Aprova Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino a Distância.
- UFPel. Resolução COCEPE/PRE n. 29, de 13 de setembro de 2018. Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel Resolução COCEPE n. 22, de 19 de julho de 2018. Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 42, de 18 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Regulamento de Integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Documento PRE/CEC, de março de 2019. Diretrizes para a elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da UFPel.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC

Em janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que definiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Além da necessidade de adequação do PPC do Curso de Gestão Pública frente a esse documento, merece destacar três fatores que motivaram a reformulação curricular. Primeiro, a necessidade de atender à Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, que estabeleceu um percentual mínimo de 10% da carga horária total dos cursos de graduação dedicados à extensão universitária. Segundo, a necessidade de padronizar as cargas horárias seguindo as instruções normativas da UFPel. Por último, e não menos importante, a transformação da Faculdade de Administração e de Turismo (FAT) em Centro de Ciências Socio-Organizacionais (CCSO), com a consequente extinção dos Departamentos.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 22

Neste sentido, por iniciativa da Direção do Centro e das coordenações de curso, foram criadas comissões para elaborar minutas para os novos PPCs dos cursos do CCSO. Além de atualizar os currículos, as mudanças tinham por objetivo também reorganizar a sistematização das ofertas e dos encargos didáticos, tornar os cursos mais flexíveis e integrados.

A Portaria Interna CCSO n. 17, de 26 de março de 2021, formalizou a comissão no âmbito do Curso de Gestão Pública, sendo composta pelos professores doutores Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente da Comissão), Marcio Barcelos e Rodrigo Serpa Pinto. O trabalho da comissão se deu em grande sintonia com as demais, no intuito de reunir esforços e potencializar a alocação do corpo docente, compartilhado entre todos os cursos do CCSO.

Além disto, é importante ressaltar que o trabalho da comissão foi acompanhado de perto pelo Núcleo Docente Estruturante, a partir de uma agenda intensa de reuniões de trabalho. Debateu-se com profundidade a adequação deste projeto à legislação federal e às normas da UFPel, sendo igualmente consideradas as normas do Sistema de Educação Superior em concordância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

As discussões contaram também com a participação estudantil. Foram organizadas reuniões com os estudantes discutir o documento, bem como com a equipe de professores do curso e técnicos-administrativos em educação que atuam na Secretaria Acadêmica. Após ampla reflexão acerca das atualizações necessárias para adaptar o curso às necessidades impostas, a versão final do PPC foi elaborada pelo NDE e aprovada pelo Colegiado do Curso, seguindo para aprovação nas demais instâncias da UFPel.

2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Este PPC foi elaborado em consonância com as políticas institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel vigente (2015-2022)[2] e no Projeto Pedagógico Institucional (2013). A principal articulação do PPC com as políticas da UFPel diz respeito a assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o

[2] Atualmente, encontra-se em elaboração o novo PDI da UFPel (2022-2026), como estabelecido pela Resolução CONSUN n. 46/2021.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 23

equilíbrio entre os diferentes pilares da universidade pública e buscando contribuir com o desenvolvimento regional.

Para isso, as práticas de ensino contemplam a união entre teoria e prática, o fomento à reflexão crítica e à criação de ações transformadoras. Com vistas à promoção de condições de trabalho aos docentes e de estudo aos discentes, o Curso conta com programas de monitoria remunerada e voluntária, com a atuação da Câmara de Ensino do CCSO, com projetos regulares de ensino promovidos por docentes do Curso, dentre outras ações.

O PDI da UFPel (2015) também institui o objetivo de consolidar políticas para a educação à distância, integrando as inovações proporcionadas por esta modalidade ao ensino presencial. Nesse sentido, as disciplinas do Curso de Gestão Pública (a exceção de Libras I) são compostas por 5 (cinco) créditos, dentre os quais 4 (quatro) se dão no ensino presencial e 1 (um) acontece por educação à distância. Dessa forma, são oportunizadas novas possibilidades de uso de mídias e outras tecnologias da educação, objetivo também previsto pela UFPel em seu PDI (2015).

Em consonância com o compromisso da UFPel com a diversidade e a diferença, apresenta práticas de inclusão já consolidadas, oferecendo semestralmente reserva de vagas para pessoas com deficiência e participa de processos seletivos especiais para ingresso de estudantes quilombolas e indígenas. Para atender os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, o Curso conta com o apoio sistemático do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

Em relação à pesquisa, os estudantes são estimulados à iniciação científica nas disciplinas e em projetos de pesquisa liderados pelos docentes do Curso, conduzidos nas mais diversas áreas do campo de públicas. A existência de programas de pós-graduação lato e stricto sensu no CCSO contribui para a integração entre cursos de graduação, de especialização e de mestrado e com a produção coletiva do conhecimento, sem contar também a atuação da Câmara de Pesquisa e Inovação do CCSO.

No que concerne à extensão, o Curso de Gestão Pública conta com um Programa "Gestão Pública em Ação", que tem por objetivo centralizar ações de extensão no âmbito do Curso, apoiando iniciativas de inovação tecnológica e de desenvolvimento regional. A integralização da extensão, pensada a partir de disciplinas obrigatórias, proporciona também a relação direta entre ensino, pesquisa e extensão e fortalece a participação da universidade o desenvolvimento regional.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 24

O PPI da UFPel (2013, p.08) assume que “os cursos de graduação devem ter como objetivo geral a formação de profissionais com competências e habilidades que lhes possibilite a inserção no mundo do trabalho, de maneira a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, do ponto de vista do conteúdo, sem descurar de seu desenvolvimento do ponto de vista social e humanístico”. As práticas pensadas para articulação entre ensino, pesquisa e extensão no curso de Gestão Pública vão ao encontro desta função prevista.

2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

Em primeiro lugar, é necessário situar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em um contexto amplo. A área de gestão pública está em expansão no Brasil nas últimas duas décadas, a despeito dos entraves e adversidades do período mais recente. Os desdobramentos da Constituição Federal de 1988 e a ampliação do rol de políticas públicas a partir dos anos 1990 e principalmente 2000 colocaram a qualificação da gestão pública como desafio a ser enfrentado pelas instituições de Ensino Superior no Brasil.

A partir dos anos 2010 ganha força o processo de institucionalização do chamado “campo de públicas” (COELHO et al., 2020), passando a caracterizar uma identidade coletiva e uma comunidade científica em construção no país . Esta comunidade, firmemente baseada no interesse público e nos valores republicanos, caracteriza-se por ser um campo multidisciplinar “de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas” (Resolução Nº 1 do Conselho Nacional de Educação de 13/01/2014). Esta multiplicidade de nomenclaturas ilustra uma ideia de unidade na diversidade, onde interesse público e valores republicanos estão na base da resposta à complexificação dos papéis do setor público, os arranjos entre os diversos níveis de governo – e suas múltiplas organizações – com organizações da sociedade civil, terceiro setor e setor privado.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal de Pelotas, portanto, está articulado com este movimento de construção que vem ocorrendo no Brasil. Este movimento de construção por sua vez responde a transformações globais que dizem respeito a um reposicionamento em relação ao papel do Estado e à construção de capacidades estatais e de planejamento capazes de dar respostas aos imensos desafios que se colocam para a

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 25

humanidade no próximo período. Tome-se como exemplo – dentre muitos que poderiam ser citados – o processo de mudança climática em ritmo acelerado, conforme demonstra o último relatório parcial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (SHUKLA et al., 2020). Nesse contexto, o Brasil enfrentará enormes desafios no que diz respeito a questões ambientais, de desenvolvimento, e de necessidade de melhoria das capacidades estatais. Coloca-se, portanto, como necessidade estratégica para o país a formação de quadros técnicos especializados capazes de atuar nos temas e assuntos relacionados à dimensão do público, em seus diversos formatos.

O Curso de Gestão Pública é concebido, portanto, com foco na qualificação técnica e profissional para a atuação pública, sendo firmemente estruturado na concepção de espírito republicano. Seus componentes curriculares são marcados por um recorte interdisciplinar que reflete as relações humanas, sociais, políticas, jurídicas e econômicas do setor público. Desta forma, pretente habilitar profissionais com formação humanística, técnica e científica necessárias para atuar, dentro dos princípios éticos e da responsabilidade social, com os desafios que o país enfrenta na conformação de políticas públicas.

2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFPel tem uma contribuição importante para o desenvolvimento local e regional. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do município vem avançando na última década, ainda que de forma lenta. De acordo com os dados do IBGE, compilados pelo SEBRAE (2019), este índice em 2008 era de 0,64, tendo avançado, em 2018, para 0,72. Isto coloca a cidade em um patamar médio de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido é importante destacar a participação da UFPel em parceria com a Associação dos Municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul (AZONASUL). A universidade, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, mantém o Programa de Desenvolvimento Social nos Municípios da AZONASUL. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, assim, oferece a possibilidade de uma formação profissional que contribua para a qualificação da gestão pública em nível local e regional.

Outro aspecto a ser destacado como justificativa para o curso diz respeito a área de atuação dos egressos. Os profissionais poderão atuar nas mais diversas áreas que tenham

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 26

relações com a coisa pública. A formação de quadros profissionais com inteligência estratégica e comprometidos com eficiência, eficácia e efetividade das ações públicas abre um leque de possibilidades de atuação. Além do setor público-estatal, destaca-se as oportunidades em organizações não-governamentais, no setor público não-estatal, no terceiro setor, movimentos sociais, assessoria a partidos políticos, gestão de projetos sociais. Além disso, considerando-se a complexificação das relações entre Estado, sociedade e mercado, abrem-se possibilidades de atuação em empresas que atuam em atividades reguladas pelo Estado, como energia, telecomunicações, dentre outras, ou que se dedicam à prestação de serviços públicos, como concessões, terceirizações e consultorias.

Finalmente, e não menos importante, deve-se destacar o compromisso com a gestão pública democrática cidadã e firmemente estruturada com base em critérios de *accountability*. O município de Pelotas tem um histórico respeitável de inovações em gestão pública participativa, com experiências que remontam à década de 1980. Nesse sentido, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública busca aliar a dimensão técnica e gerencial com a dimensão política e de ampliação da participação da sociedade na gestão pública

2.5. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos aqui expressos foram elaborados em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Centro de Ciências Socio-Organizacionais (CCSO) da Universidade Federal de Pelotas e com base nos princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 01, de 05/01/2021.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública possui como **objetivo geral** formar profissionais capazes de atuar com competência técnica junto aos diversos entes – estatais e não estatais – que atuam ne gestão pública, sendo capazes de planejar, formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas nas mais diversas áreas setoriais, levando em consideração as particularidades locais e regionais.

Considerando o objetivo geral acima exposto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública apresenta 5 (cinco) objetivos específicos, como forma tanto de atingir o objetivo geral quanto subprodutos deste:

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 27

- Preparar profissionais com sólida compreensão das interações entre Estado e Sociedade, sob o prisma jurídico, político, econômico e social;
- Preparar profissionais que possam exercer funções de liderança na promoção de políticas públicas e na justiça socioambiental;
- Oferecer aos estudantes a oportunidade de formação interdisciplinar de natureza técnico-científica, cultural e humanística, ampliando os horizontes na percepção da realidade e na inserção no mundo do trabalho;
- Colaborar para a construção na Educação Superior brasileira de um ethos voltado à qualificação das capacidades estatais, mediante a articulação com outras instituições e cursos do campo de públicas;
- Contribuir para a formação/desenvolvimento de pessoas que sejam aptas à construção de uma Gestão Pública cidadã e republicana, nos quais a participação democrática da sociedade seja um fator fundamental na formulação e implementação de políticas públicas nas mais diversas áreas setoriais.

2.6. PERFIL DO EGRESSO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, seguindo o que estabelece o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST/MEC, 2016), bem como a Resolução CNE/CP Nº 1 de 05/01/2021, traça como perfil do egresso um profissional habilitado a planejar, formular, implementar, monitorar e avaliar políticas, programas e ações relacionadas à gestão pública, com base em princípios republicanos e democráticos. Sendo assim, esses profissionais serão capazes de atuar em:

- Entidades públicas nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), nas esferas federal, estadual e municipal;
- Entidades da Administração Pública Indireta (Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações);
- Organizações Não Governamentais ligadas à promoção de diferentes tipos de políticas públicas, incluindo associações, fundações, movimentos e projetos

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 28

sociais, com especial ênfase para as entidades voltadas à proteção do meio ambiente;

- Organizações de representação política, profissional e de promoção à cidadania, tais como partidos políticos, sindicatos, entidades de classe, conselhos;
- Setores de empresas privadas voltados às relações governamentais e responsabilidade social corporativa;
- Organizações internacionais;
- Instituições de ensino e pesquisa dedicadas ao estudo das políticas públicas.

2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As seguintes competências serão desenvolvidas pelo discente, articulada com necessidades locais e regionais e condizentes com demandas apresentadas pelo mundo do trabalho:

- Planejar, formular, implementar, desenvolver, monitorar e avaliar políticas públicas em diversas áreas e diferentes setores (público e privado);
- Aprender a escrever com erudição, concisão, clareza e coerência e expressar-se com base na oratória e retórica;
- Entender os conhecimentos jurídicos necessário para área de políticas públicas, incluindo os relacionados aos direitos humanos, direito constitucional, direito administrativo e direito financeiro;
- Compreender o fenômeno do Estado e suas relações com a sociedade, com forte embasamento na ciência política e na teoria do Estado;
- Entender as dinâmicas da comunidade regional e local em que se encontra inserido;
- Compreender a função dos movimentos sociais na construção da cidadania;
- Entender a estrutura e o funcionamento da administração pública, incluindo fundamentos das relações organizacionais e da gestão estratégica de seus custos;
- Compreender os aspectos econômicos das políticas públicas, incluindo conhecimentos sobre economia do setor público e economia solidária;

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 29

- Ter conhecimento de como realizar um trabalho científico na área de políticas públicas.

Em relação às habilidades, os tecnólogos em Gestão Pública deverão:

- Ser capazes de atuar com autonomia no planejamento, formulação, implementação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, tanto no setor público quanto privado, com especial foco nas ações de natureza socioambiental;
- Ser capazes realizar leitura crítica e avaliação de dados sociais, políticos e econômicos envolvendo políticas públicas, por meio de análises, relatórios e pareceres;
- Ser capazes de escrever e expressar-se corretamente, para o bom desempenho de sua atividade profissional;
- Ser capazes de desenvolver políticas públicas de natureza específica, levando em consideração as particularidades e necessidades da realidade local e regional;
- Ser capazes de desenvolver um trabalho científico de políticas públicas, o que inclui a redação e publicação de artigo científico, além de projeto de mestrado a ser submetido em programa de pós-graduação em políticas públicas ou áreas afins.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1. ESTRUTURA CURRICULAR

O projeto pedagógico do curso de Gestão Pública assenta-se no art. 207 da Constituição Federal de 1988, que tem no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão um dos pilares da educação superior. Direciona sua formação aos princípios da cidadania, do respeito à diversidade cultural, social, étnico-racial e de gênero, à promoção dos direitos humanos, à busca da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, almejando um equilíbrio entre as demandas propostas pelo mercado de trabalho e a sociedade.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 30

As disciplinas procuram desenvolver as habilidades e competências necessárias para o Tecnólogo em Gestão Pública de forma crítica e interdisciplinar, buscando sempre unir teoria à prática. Os componentes formam eixos estruturantes da organização curricular, sendo planejados de acordo com os seus níveis de aprofundamento e complexidade.

Desta forma, a estrutura curricular deste PPC está em conformidade com o art. 122 do Regulamento de Graduação da UFPel (2018). O equilíbrio nas atividades de ensino, pesquisa e extensão é proposto a partir do acesso dos discentes a disciplinas obrigatórias, optativas e a projetos unificados nos três eixos (ensino, pesquisa e extensão), visando à aplicação do conhecimento adquirido em demandas reais identificadas na sociedade.

O currículo anterior estava organizado em 4 (quatro) semestres com carga horária total de 1.650 horas. Sendo um curso vespertino, percebia-se uma elevada concentração de disciplinas obrigatórias no primeiro ano do curso (12 no total). Isto impunha uma grande dificuldade, visto que a maioria dos alunos, infelizmente, é obrigada a conciliar os estudos com o trabalho. Eram poucos os que conseguiam, de fato, integralizar o curso nos 2 (dois) anos previstos.

Por isto, o atual PPC está organizado em 5 (cinco) semestres, sendo o último uma janela destinada a duas disciplinas optativas. Desta forma, haverá espaço para que o aluno que eventualmente possua pendências possa realizar a matrícula dos componentes que lhe faltam para a formatura sem sobrecarga. Para viabilizar esta organização, foi incluído um semestre adicional e elevada a carga horária de 1.650 para **1.770 horas**[3].

Este aumento, por no entanto, não pode ser considerado muito expressivo quando comparado com a carga horária de cursos congêneres. No levantamento realizado na Tabela 1, verificou-se que a média nacional é de 1.870 horas. **Ou seja, mesmo com o incremento de 120 horas, o currículo da UFPel está 100 horas abaixo da média dos cursos tecnólogos de Gestão Pública de instituições públicas de ensino superior do Brasil**.

[3] De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores (MEC/SERES/SETEC), exige-se uma carga horária mínima de **1.600 horas** para Cursos Tecnólogos de Gestão Pública.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 31

TABELA 1: CARGA HORÁRIA DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL

Estado	Instituição	Carga Horária
AM	Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1800
BA	Universidade Federal da Bahia - UFBA	1751
BA	Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB	1870
DF	Instituto Federal de Brasília - IFB	1630
GO	Universidade Estadual de Goiás - UEG	1784
MA	Instituto Federal do Maranhão - IFMA	2130
MG	Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG	1725
MG	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	1640
MT	Instituto Federal do Mato Grosso - IFMT	2033
PB	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	1830
PB	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	2100
PR	Instituto Federal do Paraná - IFPR	1740
PR	Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP	1980
PR	Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	1980
PR	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR	1600
PR	Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO	1980
RN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN	2174
RN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN	1710
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	1800
RO	Instituto Federal de Rondônia - IFRO	2520
RR	Instituto Federal de Roraima - IFRR	1720
RS	Instituto Federal Farroupilha - IFFar	1980

RS	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	1770
SC	Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC	1680
SP	Instituto Federal de São Paulo - IFSP	2007
TO	Instituto Federal de Tocantins - IFTO	1710
MÉDIA		**1870**

FONTE: Portal e-MEC (2021).

Uma característica do antigo PPC que foi mantida diz respeito à inexistência de pré-requisitos para todos os componentes curriculares. A experiência revelou ser algo muito positivo, pois torna o currículo mais flexível e menos propenso à evasão escolar. A flexibilização curricular foi notavelmente ampliada devido ao aumento da carga horária de disciplinas optativas de 60 horas para **300 horas** no novo currículo.

A integração entre teoria e prática é prevista com a inclusão de componentes práticos de extensão nas disciplinas de "Ética e Administração Pública", "Formação do Estado Brasileiro", "Direito e Administração Pública", "Seminários em Gestão Pública I" e "Seminários em Gestão Pública II". O programa "Gestão Pública em Ação" (código 278) será responsável por concentrar as ações e projetos de extensão realizadas nestas disciplinas e também como objetos de atividades complementares. Além disto, a integração com a prática durante o curso poderá ser viabilizada a partir de estágios não-obrigatórios realizados preferencialmente em organizações públicas.

Já no que concere ao sensino sobre Língua Brasileira de Sianis (Libras), conforme o art. 3º, parágrafo 2º do Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, devem ser garantidas formas institucionalizadas de apoiar o uso de Libras. Deste modo, o projeto pedagógico prevê a disciplina Língua Brasileira de Sinais I – Libras I (20000084) no quadro de optativas, permitindo aos estudantes de Gestão Pública a possibilidade de aprendizado e imersão neta linguagem, contribuindo assim com a inclusão de alunos e/ou participantes da comunidade que se utilizam desta forma comunicacional. Além disso, é prevista a participação de intérpretes de libras ligados à Comunicação Social da universidade na realização de eventos com expressivo número de participantes, seja presencialmente ou em modo remoto.

O curso de Gestão Pública prevê, ainda, outras práticas para a implementação de uma Educação Inclusiva. Em primeiro lugar, o curso conta com o apoio do Núcleo de Acessibilidade

e Inclusão (NAI), que tem como missão a promoção da acessibilidade e inclusão de alunos, técnicos e docentes da UFPel com deficiências e necessidades educativas especiais. Convém ressaltar que os professores do curso já tiveram experiências junto ao NAI, para planejamento de atividades e avaliações para alguns alunos. Outra abordagem utilizadada tem sido a discussão transversal da Educação Inclusiva em disciplinas e atividades acadêmicas, bem como a menção da *inclusão* e *acessibilidade* nas ementas das disciplinas "Ética e Administração Pública" e "Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais"

A temática das relações étnico-raciais está presente em disciplinas e demais atividades do curso. Esta discussão aparece tanto de maneira transversal (estudos de caso, temas escolhidos por discentes para desenvolvimento de atividades ou definidos pelos docentes) como também de forma mais fixa e sistematizada. A disciplina optativa "Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais", por exemplo, foi especificamente destinada para tratar do assunto. Além desta, o conteúdo integra também a ementa das disciplinas de "Ética e Administração Pública" e "Seminários em Gestão Pública I", ambas obrigatórias.

No que concerne à Educação em Direitos Humanos, esta é abordada tanto de forma transversal, através de assuntos relacionados interdisciplinarmente nas disciplinas, como também presente de maneira muito consolidada em projetos de ensino, pesquisa e extensão. De forma mais específica, temas como *diversidade* e *igualdade* de *gênero*, *sexual* e *religiosa*, *pluralismo* e *diversidade étnico-racial*, *direitos fundamentais*, além do próprio debate sobre questões conceituais e práticas de direitos humanos integram a ementa de diversas disciplinas obrigatórias e optativas, como "Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais", "Ética e Administração Pública", "Seminários em Gestão Pública I", "Seminários em Gestão Pública II" e "Direito e Administração Pública".

Conteúdos sobre sustentabilidade e meio ambiente são igualmente contemplados na organização curricular, estando presentes na ementa de diversas disciplinas, como "Gestão Ambiental", "Ética e Administração Pública" e "Tópicos Avançados em Gestão Pública II".

O currículo do Curso de Gestão Pública está de acordo com a Resolução do COCEPE Nº 29, de 13 de setembro de 2018 (UFPEL, 2018), segundo a qual as atividades curriculares compreendem três dimensões formativas: formação específica, formação complementar e formação em extensão.

a) **Formação específica:** atividades curriculares determinadas pela legislação vigente aos cursos de graduação (de caráter obrigatório e optativo), de formação geral e de estudos de aprofundamento e diversificação das áreas de atuação profissional, considerando as

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 34

especificidades dispostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021).

b) **Formação complementar:** atividades curriculares que, em consonância com as orientações da Resolução CNE/CP n. 1/2021, devem contemplar atividades de ensino, pesquisa e extensão. No curso de Gestão Pública serão apresentadas como Atividades Complementares.

c) **Formação em Extensão:** atividades curriculares a serem computadas para a integralização curricular, de acordo com a Resolução COCEPE nº 42, de 18/12/2018. O PPC atende à meta 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado pela Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014, a qual define que no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação sejam cumpridos em programas e projetos de extensão universitária. No curso de Gestão Pública, a carga horária prática de disciplinas caracterizadas como extensão (EXT) integralizam **180 horas** ou **12 créditos**. Assim, tem-se um total de **10,16%** da carga horária dedicada à extensão.

3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR

TABELA 2: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

FORMAÇÃO	Créditos	Horas
A) Formação específica		
Disciplinas obrigatórias	90	1350
Disciplinas optativas	20	300
Soma	110	1650
B) Formação complementar		
Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão	8	120
TOTAL	**118**	**1770**

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 35

3.3. MATRIZ CURRICULAR

Após criterioso levantamento realizado pelo NDE, que envolveu (a) análise comparativa de PPCs de Gestão Públicas de outras instituições; (b) leitura dos relatórios dos Fóruns de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas promovidos pela Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP); (c) reuniões de Colegiado e Núcleo Docente Estruturante realizadas desde 2019 com o propósito de reformular o PPC do Curso; (d) criação de uma comissão para elaboração de uma proposta de um novo PPC para o Curso de Gestão Pública, composta pelos professores doutores Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente), Marcio Barcelos e Rodrigo Serpa Pinto, instituída pela Portaria n. 17 do CCSO, de 26 de Março de 2021; apresenta-se aqui o resultado obtido.

QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA
Carga horária total do Curso: 1770 horas
Carga horária de Formação específica: 1650 horas **Carga horária de Formação complementar:** 120 horas

1º SEMESTRE

Código	**Unidade**	**Componente curricular**	**Cr**	**T**	**P**	**EAD**	**EXT**	**CH** (h)	**Pré-Requisito**
NOVO	CCSO	Ética e Administração Pública	5	3			2	75	
NOVO	CCSO	Formação do Estado Brasileiro	5	3			2	75	
NOVO	CCSO	Fundamentos da Gestão Pública	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Introdução à Pesquisa em Gestão Pública	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Seminários em Gestão Pública I	5	2			3	75	
Total			**25**					**375**	

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 36

2º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CCSO	Direito e Administração Pública	5	3			2	75	
NOVO	CCSO	Comunicação Pública e Política	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Planejamento e Gestão em Organizações Públicas	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Análise de Dados para Tomada de Decisão	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Seminários em Gestão Pública II	5	2			3	75	
Total			**25**					**375**	

3º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CCSO	Gestão de Pessoas no Setor Público	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Gestão Pública e Desenvolvimento	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Contabilidade no Setor Público	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Gestão de Políticas Públicas I	5	4		1		75	
		OPTATIVA	5					75	
Total			**25**					**375**	

4º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CCSO	Gestão da Informação no Setor Público	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Gestão de Projetos no Setor Público	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Gestão Financeira e Orçamento Público	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Gestão de Políticas Públicas II	5	4		1		75	
		OPTATIVA	5					75	
Total			**25**					**375**	

5º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
		OPTATIVA	5					75	
		OPTATIVA	5					75	
Total			**10**					**150**	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	120 horas – 8 créditos

3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO

1° Semestre	2° Semestre	3° Semestre	4° Semestre	5° Semestre
5 — 75	5 — 75	5 — 75	5 — 75	5 — 75
Ética e Administração Pública	Direito e Administração Pública	Gestão de Pessoas no Setor Público	Gestão da Informação no Setor Público	OPTATIVA
CCSO	CCSO	CCSO	CCSO	
5 — 75	5 — 75	5 — 75	5 — 75	5 — 75
Formação do Estado Brasileiro	Comunicação Pública e Política	Gestão Pública e Desenvolvimento	Gestão de Projetos no Setor Público	OPTATIVA
CCSO	CCSO	CCSO	CCSO	
5 — 75	5 — 75	5 — 75	5 — 75	
Fundamentos da Gestão Pública	Planejamento e Gestão em Organizações Públicas	Contabilidade no Setor Público	Gestão Financeira e Orçamento Público	
CCSO	CCSO	CCSO	CCSO	
5 — 75	5 — 75	5 — 75	5 — 75	
Introdução à Pesquisa em Gestão Pública	Análise de Dados para Tomada de Decisão	Gestão de Políticas Públicas I	Gestão de Políticas Públicas II	
CCSO	CCSO	CCSO	CCSO	
5 — 75	5 — 75	5 — 75	5 — 75	
Seminários em Gestão Pública I	Seminários em Gestão Pública II	OPTATIVA	OPTATIVA	
CCSO	CCSO			

Legenda	
A — B — C	A - Créditos
Disciplina	B - Código Disciplina
Unidade	C - Horas

FORMAÇÃO ESPECÍFICA: 1650 horas

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 120 horas

CARGA HORÁRIA TOTAL: 1770 horas

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 39

3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Ao todo, o estudante deve cursar disciplinas optativas que totalizem **300 horas** ou **20 créditos**. Estas disciplinas poderão ser escolhidas pelo aluno a partir do rol enumerado no Quadro 4. Cumpre salientar que o fluxograma apresentado anteriormente possui janelas no 3º, 4º e 5º semestres para que o aluno tenha liberdade de escolher as disciplinas optativas de sua preferência, dentre aquelas dispostas no Quadro 4, de acordo com as ofertas.

Como o Curso de Gestão Pública é vespertino, as disciplinas optativas serão ministradas preferencialmente neste turno. Ressalta-se, por outro lado, que algumas disciplinas optativas são também comuns à grade curricular dos cursos de Bacharelado em Administração e Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do CCSO. Desta forma, os estudantes contarão, eventualmente, com possibilidade de oferta noturna.

Compõem o banco de optativas ofertadas pelo curso de Gestão Pública as seguintes disciplinas:

QUADRO 4: QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CCSO	Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Análise de Investimentos	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Gestão Ambiental	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Instituições de Direito Público	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública I	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública II	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública III	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública IV	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública V	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública VI	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública VII	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública VIII	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública IX	5	4		1		75	
NOVO	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública X	5	4		1		75	

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 40

20000084	CLC	Língua Brasileira de Sinais I	4					60	

3.6. ESTÁGIOS

O componente curricular *estágio* está regulamentado pela Lei n. 11.788/2008, estando igualmente de acordo com o Regulamento de Ensino de Graduação (Resolução COCEPE n. 29/2018) e demais regulamentações vigentes na UFPel – Resoluções COCEPE n. 03/2019 e 04/2019. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021), o estágio profissional supervisionado não constitui um componente curricular obrigatório para a elaboração do PPC (art. 30 inciso V). Assim, levando em conta a duração do Curso de Gestão Pública em 5 (cinco) semestres, entendeu-se mais oportuna a não inclusão do estágio profissional obrigatório como um componente curricular.

Por outro lado, não se pode desconhecer a relevância que a atividade prática agrega na formação acadêmica dos estudantes dos cursos tecnológicos. O estágio é um elemento constitutivo que permite o estabelecimento dos primeiros vínculos do aluno com o mercado de trabalho, podendo ser compreendido como um espaço prioritário de ensino-aprendizagem para além dos componentes curriculares específicos e também como um instrumento para melhorar o desempenho acadêmico.

Assim, o estágio não-obrigatório é estimulado no Curso de Gestão Pública, sendo desenvolvido como atividade opcional, através um plano de trabalho que contemple atividades compatíveis com a formação profissional, de modo a garantir o caráter educativo do acadêmico/estagiário. Sua carga horária é computada em horas de formação complementar.

O Setor de Estágios (SEST), vinculado à Coordenação de Ensino e Currículo (CEC) da Pró-Reitoria de Ensino (PRE), é o órgão responsável por convênios para atividades de estágio e demais atividades no campo profissional. De acordo com as normativas previstas pela UFPel, a jornada diária de estágio não pode ser superior a 6 (seis) horas.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 41

O **papel do Colegiado** é o de fazer com que o processo de estágio seja uma atividade de aprendizado por meio do trabalho e proveitosa para o aluno e organizações envolvidas. Não será admitida a prática de estágio que descumpra qualquer medida da legislação em vigor. Portanto, é requerido que:

- As atividades a serem desempenhadas pelo estagiário no Plano de Trabalho tenham conformidade com a as competências e habilidades concebidas para a formação do Tecnológo em Gestão Pública da UFPel;
- A celebração do Termo de Compromisso de Estágio a partir do modelo proposto pela PRE, com previsão de provimento de bolsa ou outra forma de contraprestação ao estagiário conforme previsto no art. 12 *caput* da Lei n. 11.788/2008;
- O acompanhamento e orientação dos alunos no estágio caberá ao Coordenador do Curso ou, no caso de impossibilidade deste, a outro docente designado pelo Colegiado do Curso.

O **papel do estagiário** é o de cumprir com as atividades previstas, a saber:

- Definir local de atuação;
- Contatar a empresa/instituição onde irá realizar suas atividades de estágio;
- Intermediar a assinatura do Termo de Compromisso entre a UFPel e a entidade acolheadora;
- Enviar a documentação para o e-mail do colegiado: colegiadosccso@gmail.com, sendo os itens 1 e 2 no início do estágio e os itens 3 e 4 ao final do estágio[4]:
    1. Plano de Trabalho de Estágio;
    2. Termo de Compromisso de Estágio;
    3. Relatório Final de Estágio;
    4. Relatório do Supervisor do Estágio.

[44] Documentos adicionais poderão ser exigidos, atendendo a situações excepcionais ou a contingências de ordem sanitária.

A **parte concedente** poderá ser pessoas jurídicas, órgãos da administração pública, bem como profissionais liberais de ensino superior, desde que observadas as seguintes obrigações:

- Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o estudante, zelando por seu cumprimento;
- Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- Por ocasião da conclusão do período de estágio, elaborar Relatório de Supervisão com avaliação de desempenho;
- Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio, o ambiente de trabalho e o cumprimento dos termos contratados.

3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021), o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não constitui um componente curricular obrigatório para a elaboração do PPC do Curso de Gestão Pública (art. 30 inciso V). Desta forma, levando em consideração também o formato do curso e sua duração em apenas 5 semestres, entendeu-se mais oportuno não incluir TCC como componente curricular.

Por outro lado, é importante destacar que as disciplinas obrigatórias e optativas do Curso procurarão estimular a iniciação científica, a participação em projetos, a apresentação e publicação de trabalhos acadêmicos. Vale registrar também que a maioria do corpo docente atua em programas de pós-graduação stricto sensu, o que facilitará bastante a inserção dos alunos na pesquisa.

3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A Formação Complementar constitui um conjunto de atividades que preparam o aluno para uma atuação diversificada, exigindo que ele participe de atividades de ensino, pesquisa, extensão através de sua integração em projetos cadastrados por professores da UFPel, além da representação discente em agremiações acadêmicas, comissões e órgãos colegiados da UFPel. Permite ainda a flexibilização do currículo, à medida em que o aluno opta por participar de ações fora da sala de aula, oportunizando a vivência da experiência universitária de forma plena e dinâmica.

O núcleo de Formação Complementar do Curso de Gestão Pública contempla uma carga horária de **120 horas**, podendo ser integralizada nas atividades elencadas no Quadro 5. Para fins de contagem, os alunos deverão apresentar atestados, certificados, declarações ou atas que comprovem a sua participação. Poderão ser aceitas a participação em programas/projetos/ações em outras instituições de ensino.

A avaliação do componente de Formação Complementar é de responsabilidade do Coordenador do Curso. Atualmente, ela é realizada em um espaço no ambiente virtual Moodle intitulado *Atividades Complementares – Gestão Pública*. Ali, os alunos tem acesso à seção 3.8 deste PPC, bem como a um e-mail de contato para eventuais dúvidas que surgirem. O procedimento é realizado da seguinte forma:

1. Quando o aluno reúne comprovantes que perfaçam o total de atividades (120 horas), ele deverá utilizar o Modelo de Requerimento (Apêndice 1), preenchendo as informações conforme exemplificado no modelo: natureza e descrição da atividade, o quantitativo de horas solicitado, anexo do certificado/comprovante e a respectiva paginação do Sumário. O requerimento deverá ser salvo em um único arquivo em formato *pdf*.
2. Em cada semestre letivo, há uma chamada para envio de requerimentos, utilizando-se a ferramenta *Tarefa* do Moodle, com uma data-limite para envio. Durante o prazo estipulado, o Coordenador avalia cada pedido, emitindo seu parecer na aba *Comentários*. Caso haja necessidade, poderá ser solicitado que o aluno apresente certificado original para eventual conferência.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 44

3. Após a data-limite, a Coordenação solicita, em bloco, o registro de atividades complementares para a Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), momento em que as informações passarão a contar no histórico do aluno.
4. É aberto também um processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para arquivamento de todos os requerimentos submetidos em cada semestre.

O Quadro 5 indica as atividades, os requisitos de comprovação e as cargas horárias máximas que podem ser consideradas para completar as horas dedicadas à formação complementar nas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Representação Discente. Caso o discente apresente alguma atividade não prevista nos quadros, mas que o Coordenador Adjunto entenda que esteja articulada com o curso, deverá solicitar apreciação do Colegiado para posterior aprovação ou não dessas horas como atividades complementares; estas atividades, no entanto, não poderão ultrapassar 60 horas de atividade. **É importante ressaltar que somente serão admitidas atividades realizadas após o ingresso do aluno no Curso de Gestão Pública da UFPel**.

Assim, apresentam-se os parâmetros para contabilizar as horas complementares.

QUADRO 5: ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividade	Requisitos de comprovação	Horas	Máximo de Horas
Ensino			
Participante em projetos de ensino como integrante, voluntário ou bolsista	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do coordenador ou contrato da bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou contrato	60h
Monitoria	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do professor ou comprovante da bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou comprovante	60h
Estágio curricular não obrigatório realizado em organizações públicas	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do orientador	Descritas no certificado/atestado ou declaração	60h
Premiação de trabalho acadêmico	Certificado ou declaração da parte concedente	15 horas para cada prêmio	60h

Cursos de língua estrangeira, comunicação, informática, redação ou de aperfeiçoamento em área de interesse para a Gestão Pública	Certificado de conclusão do curso com descrição de horas	Máximo de 30 horas por certificado	60h
Participação como ouvinte em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Simpósios, Workshops ou assemelhados	Certificado ou atestado com descrição de horas	Máximo de 30 horas por certificado	60h
Aprovação em Exame de Proficiência em Língua Estrangeira	Certificado ou atestado	15 horas por exame	60h
Disciplinas cursadas na UFPel que não pertençam à Matriz Curricular do Curso de Gestão Pública, Disciplinas Optativas do Curso de Gestão Pública não utilizadas para integralização curricular ou disciplinas de cursos de Graduação e Pós-Graduação cursadas em outras instituições de ensino	Histórico Escolar	Carga horária da disciplina	60h
Pesquisa			
Participação em projetos ou grupos de pesquisa como integrante, voluntário ou bolsista	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do orientador ou contrato da bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou contrato	60h
Apresentação de trabalhos em eventos científicos na forma de comunicação oral ou pôster	Certificado ou declaração do organizador do evento	10h para cada trabalho	60h
Autoria ou coautoria de resumo simples ou expandido	Cópia da publicação	15 horas para cada resumo	60h
Autoria ou coautoria de trabalho completo publicado em anais de evento	Cópia da publicação	30 horas para cada trabalho	60h
Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em periódico indexado com ISSN	Cópia da publicação	30 horas para cada artigo	60h
Autoria ou coautoria de capítulo de livro com ISBN	Cópia da publicação	30 horas para cada capítulo	60h
Organização de livro com ISBN	Cópia da publicação	30 horas para cada livro	60h
Autoria ou coautoria de livro integral com ISBN	Cópia da publicação	60 horas para cada livro	60h
Publicação de artigo em jornal, revista, magazine ou veículo semelhante	Cópia da publicação	10 horas para cada artigo	60h
Frequência em bancas de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ou Pós-Graduação do CCSO-UFPel	Declaração da Secretaria do Curso ou do Presidente da Banca	02 horas para cada banca	60h

Extensão			
Participação em Programas/Projetos/Ações de Extensão como integrante, voluntário ou bolsista	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do coordenador ou contrato de bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou contrato	60h
Organização de eventos acadêmicos com ênfase em ensino/pesquisa/extensão	Certificado com descrição de horas	Máximo de 30 horas por certificado	60h
Ministrar cursos, oficinas, workshops, exposições ou assemelhados que caracterizem extensão universitária, tanto para o público interno como externo à UFPel	Certificado ou declaração do coordenador com descrição de horas	Máximo de 30 horas por certificado	60h
Participação em Projetos Sociais/Voluntariado	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do coordenador do projeto	Descritas no certificado/atestado ou declaração	60h
Representação Discente			
Representação discente no Colegiado do Curso de Gestão Pública, no Conselho do Centro de Ciências Socio-Organizacionais ou outro órgão colegiado da UFPel	Declaração da Secretaria do respectivo órgão	Descritas na declaração	60h
Integrante de Diretório ou Centro Acadêmico na UFPel	Certificado ou declaração da Presidência do respectivo Diretório ou Centro Acadêmico	Descritas no certificado ou declaração	60h
Participação como representante discente em comissão instituída por portaria	Portaria de designação e/ou declaração firmada por agente público responsável	Descritas na portaria ou declaração	60h
Colaboração nas atividades técnico-administrativas do Curso de Gestão Público, exceto aquelas instituídas por portaria. Bolsa administrativo pedagógica.	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do coordenador ou contrato da bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou contrato	60h

3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

O curso de Gestão Pública atende à Meta 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado pela Lei Federal n. 13.005/2014, a qual define um percentual mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para

a graduação devam cumpridos em programas, projetos e ações de extensão universitária. Seguindo a Resolução COCEPE 42/2018, o PPC utiliza prioritariamente a forma de integralização mediante **a caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão (EXT)**, que contabilizam um total de **12 créditos** ou **180 horas** (**10,16%** da carga horária do Curso, que é de 1.770 horas), assim distribuídas:

- **Ética e Administração Pública (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (ou 75 horas), sendo 3 créditos (45 horas) de carga teórica e **2 créditos (30 horas) EXT**. Aborda questões centrais sobre as concepções de ética na sociedade contemporânea, propondo reflexões relacionadas com o papel do Estado e dos governos e suas implicações éticas, de cidadania, democracia e direitos humanos.
- **Formação do Estado Brasileiro (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (75 horas), sendo 3 créditos (45 horas) de carga teórica e **2 créditos (30 horas) EXT.** Tem como objetivo refletir sobre aspectos sociais e políticos fundamentais para a construção do Estado brasileiro, como base para o entendimento crítico da Administração Pública brasileira.
- **Direito e Administração Pública (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (75 horas), sendo 3 créditos (45 horas) de carga teórica e **2 créditos (30 horas) EXT**. Aborda fundamentos jurídicos determinantes para o desenvolvimento das atividades inerentes à gestão pública e para a adequada compreensão de suas finalidades, dotando o aluno de conhecimentos básicos sobre o arcabouço normativo da Administração Pública.
- **Seminários em Gestão Pública I (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (75 horas), sendo 2 créditos (30 horas) de carga teórica e **3 créditos (45 horas) EXT**. Tem por objetivo analisar Estado como uma categoria política e social, capacitando o aluno a compreender, de maneira crítica, a emergência do poder constituinte.
- **Seminários em Gestão Pública II (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (75 horas), sendo 2 créditos (30 horas) de carga teórica e **3**

créditos (45 horas) EXT. Proporciona ao aluno a compreensão do papel da Constituição dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, habituando-os à utilização das normas constitucionais como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica e social.

No Curso, a extensão se caracteriza pela realização de práticas formativas que instrumentabilizem a aplicação dos conhecimentos adquiridos, colocando-os a serviço da comunidade, promovendo a ação cidadã com vistas à transformação social. O objetivo aqui é permitir a integração entre **teoria** e **prática**, servindo como ligação entre o aprendizado acadêmico e a realidade.

A opção por esta forma de integralização se deve a inúmeros fatores. Primeiramente, a inserção de cargas práticas de extensão em componentes tradicionalmente teóricos atende às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. O art. 3º, inciso IX, da Resolução CNE/CP n. 1/2021 considera um dos princípios da educação tecnológica utilizar estratégias educacionais que garantam a indissociabilidade entre a teoria e prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem. Ao contextualizar o conhecimento teórico em formas de instrumentalização prática, na busca de soluções para demandas concretas da sociedade, os estudantes desenvolvem a capacidade de absorção do conteúdo de maneira autônoma e crítica. As aulas passam a se tornar mais atraentes. E o contato com a comunidade propicia a aquisição de novos conhecimentos, novas habilidades e novas atitudes voltadas ao humanismo e solidariedade.

Em segundo lugar, as disciplinas escolhidas para a integralização curricular estão localizadas nos dois primeiros semestres do curso. Esta escolha foi estratégica para criar um sentimento de imersão na vida universitária, habituando os alunos a associarem, de imediato, a indissociabilidade entre o aprendizado teórico e as ações de pesquisão e extensão. Isto se torna necessário pois o curso de Gestão Pública tem uma duração bastante curta, de apenas 5 (cinco) semestre. Após o primeiro ano, a expectativa é a de que os alunos continuem participando das ações de extensão, trabalhando lado a lado com os calouros. A atuação voluntária fora das disciplinas será computada como Atividades Complementares, lembrando que os alunos precisam realizar 8 créditos ou 120 horas de Formação Complementar.

Por fim, é importante destacar que todos os projetos e ações de extensão a serem realizados no âmbito do Curso estarão vinculadas ao Programa "Gestão Pública em Ação", cadastrado com o Código 278 do sistema Cobalto[5]. A menção ao Programa se faz presente nas ementas das disciplinas supracitadas. Ressalta-se, todavia, que se trata de uma iniciativa institucional, no qual a equipe docente atuará de forma conjunta.

TABELA 3: TABELA SÍNTESE DA FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

Possibilidades da Formação em Extensão	Créditos	Horas
Disciplinas obrigatórias	12	180
Total ofertado pelo curso	**12**	**180**

3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO – EQUIVALÊNCIA ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES

A transição curricular se dará por meio do aproveitamento das disciplinas até então realizadas e a migração automática de todos os alunos para o currículo novo. Desta forma, os estudantes não terão perdas com relação a disciplinas cursadas, nem mesmo atraso no período de formação, visto que:

- O currículo anterior previa a realização de 22 disciplinas (21 obrigatórias e 1 optativa) e o atual currículo mantém o mesmo número de 22 disciplinas (18 obrigatórias e 4 optativas);
- Todas as disciplinas do currículo anterior possuem equivalência com alguma disciplina do currículo novo;
- A carga horária de atividades complementares do novo currículo (**120 horas**) é menor que a do currículo anterior (**154 horas**).

[5] O programa tem duração prevista de 10 (dez) anos, com início em 01/10/2021 e término em 31/12/2031. É coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto, tendo como Coordenador Adjunto o Prof. Dr. Marcio Barcelos.

O Colegiado do Curso ficará responsável pelo processo de migração curricular, bem como pela análise, acompanhamento pedagógico e as orientações para a transição curricular. Desta forma, apresenta-se o Quadro 6, com a equivalência entre disciplinas do antigo e novo currículos.

QUADRO 6: COMPONENTES CURRICULARES EQUIVALENTES PARA ADAPTAÇÃO CURRICULAR

EQUIVALÊNCIA			
COMPONENTES - CURRÍCULO (S) ANTIGO (S)		**COMPONENTES - NOVO CURRÍCULO**	
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE
06560045	Análise de Políticas Públicas	NOVO	Gestão de Políticas Públicas I
08970102	Direito Público e Legislação	NOVO	Direito e Administração Pública
08970104	Elaboração de Trabalhos Acadêmicos e Redação de Documentos Oficiais	NOVO	Introdução à Pesquisa em Gestão Pública
08970103	Formação do Brasil e do Estado Brasileiro	NOVO	Formação do Estado Brasileiro
08970101	Introdução à Administração	NOVO	Fundamentos da Gestão Pública
11100072	Matemática Financeira	NOVO	Análise de Investimentos
08970105	Contabilidade Pública	NOVO	Contabilidade no Setor Público
10760001	Economia na Gestão Pública	NOVO	Gestão Pública e Desenvolvimento
11100073	Estatística Descritiva	NOVO	Análise de Dados para Tomada de Decisão
08970107	Ética e Responsabilidade Social	NOVO	Ética e Administração Pública
08970106	Planejamento Estratégico	NOVO	Planejamento e Gestão em Organizações Públicas
08980046	Psicologia Organizacional	NOVO	Seminários em Gestão Pública I
08970108	Administração Financeira e Orçamento Público	NOVO	Gestão Financeira e Orçamento Público
08970110	Gestão de Pessoas no Setor Público	NOVO	Gestão de Pessoas no Setor Público
08970109	Gestão Materiais e Patrimônio no Setor Público	NOVO	Tópicos Avançados em Gestão Pública I
08970112	Seminários em Gestão Pública	NOVO	Seminários em Gestão Pública II
08970111	Sistemas de Informações e Decisões Gerenciais no Setor Público	NOVO	Gestão da Informação no Setor Público
08970115	Elaboração e Análise de Projetos	NOVO	Gestão de Projetos no Setor Público
08970114	Marketing no Setor Público	NOVO	Comunicação Pública e Política
08970116	Projeto em Políticas de Desenvolvimento Local e Regional	NOVO	Gestão de Políticas Públicas II

08970113	Qualidade em Gestão Pública	NOVO	Tópicos Avançados em Gestão Pública II
08970117	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	NOVO	Gestão Ambiental
08970118	Gestão de Serviços no Setor Público	NOVO	Tópicos Avançados em Gestão Pública III
08970071	Gestão do Conhecimento	NOVO	Tópicos Avançados em Gestão Pública IV
08970088	Inovação Tecnológica	NOVO	Tópicos Avançados em Gestão Pública V

3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

A seguir são expostas as caracterizações dos componentes curriculares do curso de Gestão Pública de acordo com a ordem que estão previstas na matriz curricular. Primeiro serão apresentados os componentes obrigatórios e, após, os optativos.

QUADRO 7: MODELO DE CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

1º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR Ética e Administração Pública				**CÓDIGO** NOVO
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
Horas: 75	**T**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 5	3			2
OBJETIVO Abordar questões centrais sobre as concepções de ética na sociedade contemporânea. Apresentar fundamentos teóricos para proposição de reflexões relacionadas com o papel do Estado e dos governos e suas implicações éticas.				

Abordar a ética no serviço público no relacionando-a com as funções do Estado e seus fins, considerando a democracia, a cidadania e os direitos humanos.
EMENTA Noções gerais de Ética: conceituação, fundamentos, funções sobre o comportamento humano e principais teorias. Ética, Política e Democracia. Ética e Direitos Humanos: diversidade e igualdade de gênero, sexual, religiosa; pluralismo e diversidade étnico-racial. Ética e a Questão Ambiental. Setor Público: acessibilidade e inclusão. Prestação pública de contas: ética, transparência e acesso à informação. Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo federal: a Comissão de Ética Pública (CEP), o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo e as Comissões de Ética Setoriais. Formação em Extensão - Programa de Extensão "Gestão Pública em Ação" (código 278).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COMPARATO, Fábio Konder. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. MENDES, Annita Valléria Calmon. **Ética na administração pública federal**: a implementação de Comissões de Ética Setoriais - entre o desafio e a oportunidade de mudar o modelo de gestão. Brasília: FUNAG, 2010. SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional.** 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética geral e profissional.** 15. São Paulo: Saraiva, 2018. NOVAES, Adauto (org.). **Ética.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública.** Rio de Janeiro: FGV, 2005. RORTY, RIchard. **Uma ética Laica.** São Paulo: Martins Fontes, 2010. OLIVEIRA, Manfredo A. de (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Formação do Estado Brasileiro				NOVO
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
Horas: 75	**T**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 5	3			2
OBJETIVO				

Possibilitar a reflexão e a compreensão aprofundada dos aspectos sociais e políticos fundamentais para a construção do Estado brasileiro, como base para o entendimento crítico da Administração Pública brasileira neste contexto.
EMENTA Pensamento social brasileiro. Aspectos sociais da formação do Brasil e do Estado Brasileiro. Aspectos políticos da formação do Brasil e do Estado Brasileiro. O Estado brasileiro e a construção da Administração Pública no Brasil. As trajetórias da Administração Pública brasileira e suas reformas. Formação em Extensão - Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998. 187 p. (Pesquisas; 12). ISBN 85858553577 HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 220 p. ISBN 9788571644489. NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 195 p. ISBN 9788576171874.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 7ed. Rio de Janeiro: Globo, 2v. ISBN 8525002844. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1982. 248 p. (Biblioteca universitária; série 2. Ciências sociais; 23). LEAL, Victor Nunes, 1914. **Coronelismo, enxada e voto**: o Municipio e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. 263 p. (Biblioteca Alfa-Omega de ciencias sociais. Serie 1a, Politica; v.2). OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Bomtempo, 2003. 150 p. ISBN 85-755-9036-7. WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 530 p.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Fundamentos da Gestão Pública				NOVO
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
Horas: 75	**T**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 5	4		1	
OBJETIVO				

Possibilitar ao discente o entendimento sobre os fundamentos que regem a Ciência da Administração e as especificidades da Administração Pública e, por conseguinte, promover uma discussão sobre o papel do Estado e sua relação com a Sociedade.
EMENTA Ciência da Administração: conceitos básicos, funções e principais teorias. O papel do administrador no mundo. Elementos distintivos da Administração Pública: Burocracia, modelos de Estado, princípios e teorias. Paradigmas da Administração Pública no Brasil. Gestão Pública, Democracia e Participação Social.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CLEGG, Stewart. **Administração e organizações**. 2. Porto Alegre Bookman 2014. DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora UnB, 2001. DENHARDT, Robert; CATLAW, Thomas. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2016. MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINIK, Peter (Org.). **Reforma de Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Do Estado Patrimonial ao Gerencial**. In. Ignacy Sachs; Jorge Wilheim; Paulo Sergio Pinheiro. (Org.). Brasil: um século de transformações. 1 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001, v. 1, p. 222-259 PAULA, Ana Paula Paes de. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 1, p. 36-49, Jan/Mar 2005. PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova Gestão Pública**. São Paulo: FGV, 2008. SANTOS, Boaventura Souza. **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Introdução à Pesquisa em Gestão Pública				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Introduzir o pensamento científico e seu desenvolvimento com vistas ao conhecimento teórico/prático e instrumental metodológico para a realização de pesquisas na área da gestão pública.

EMENTA

Ciência e conhecimento científico. Método científico. Tipos de trabalhos científicos. Estrutura de trabalhos científicos. Planejamento da pesquisa. Classificação e delineamento da pesquisa. Procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados. Apresentação e divulgação dos resultados de pesquisa. Ética na pesquisa social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6. São Paulo: Saraiva, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 203 p.

APOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica um guia para a produção do conhecimento científico**. 2. São Paulo Atlas 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Seminários em Gestão Pública I				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	2			3

OBJETIVO

Analisar o Estado como uma categoria política e social, capacitando o aluno a compreender, de maneira crítica, a emergência do poder constituinte.

EMENTA

Teoria Geral do Estado: conceitos, elementos constitutivos, separação de poderes, formas de Estado, formas e sistemas de Governo. Constituição e Poder Constituinte.

Estado e Sociedade Civil: o espaço público e privado, responsabilidade social e governamental, movimentos sociais, direitos humanos, relações étnico-raciais e ações afirmativas. Formação em Extensão - Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo.** 8. ed. Brasília: Ed. UNB, [1995]. 179 p. - (Colecao Pensamento ISBN 8523001913.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 550 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 306 p. ISBN 9788502188853.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Igor Sporch da; MIRANDA, João Irineu de Resende (Org.). **Direito e movimentos sociais:** a busca da efetivação da igualdade. Curitiba: Juruá, 2012. 282 p. ISBN 9788536236513.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 717 p. ISBN 9788535206463.

RUSCHEINSKY, Aloisio. **Atores políticos e lutas sociais:** movimentos sociais e partidos políticos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 326 p.

WEFFORT, Francisco C (Org.). **Os clássicos da política:** Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 11. ed. São Paulo: Ática, 2012. v.2 (Fundamentos). ISBN 9788508105922.

WEFFORT, Francisco C (org.). **Os clássicos da política:** Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006. v.1 (Série Fundamentos 62). ISBN 850803542X.

2º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Direito e Administração Pública				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	3			2

OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos básicos sobre os fundamentos jurídicos e normativos da Administração Pública, a partir da abordagem de institutos, princípios e legislação vigente. Abordar fundamentos jurídicos determinantes para o desenvolvimento das

atividades inerentes à gestão pública e para a adequada compreensão de suas finalidades.

EMENTA

Introdução: Direito Público e Direito Privado, Fontes do Direito. Administração pública, direitos humanos e democracia. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Organização administrativa: órgãos, desconcentração e descentralização. Administração Pública direita e indireta. Entidades da Administração Indireta. Entidades do Terceiro Setor. Poderes Administrativos. Meios de Controle Constitucional da Administração Pública. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Servidores Públicos. Fundamentos sobre licitação e Contratos Administrativos. Responsabilidade Civil do Poder Público. Crimes contra a Administração Pública. Formação em Extensão - Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo Atlas, 2012.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru; NOHARA, Patrícia Irene. **Gestão pública**. Abordagem integrada da administração e do direito administrativo. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTIN, Claudia. **Administração pública**. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Discricionariedade e controle jurisdicional**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 37ed. São Paulo: Atlas, 2021.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito constitucional**. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 202.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Comunicação Pública e Política				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Desenvolver conhecimentos básicos para a análise de processos comunicacionais entre Estado, comunicação mediática e sociedade e capacitar para a proposição de estratégias de comunicação para a Gestão Pública.
EMENTA Democracia, participação e comunicação; Comunicação Pública; Comunicação Política; Interesse público; Esfera pública; Opinião pública; Imagem pública; Estratégias de comunicação para a Gestão Pública; Planejamento em comunicação para a Gestão Pública.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2012. 173 p. DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública:** estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas-Grupo GEN, 2012. HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 354 p. (Biblioteca Tempo Universitário; 101, 102). ISBN 8528200914.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GOMES, Wilson da Silva; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ENGELKE, Antonio (Org.). **Política**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2017. 268 p. ISBN 9788575071885. MAFRA, Rennan. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação mídia, comunicação estratégica e mobilização social**. São Paulo: Autêntica, 2007. (recurso online). ISBN 9788582179666. MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 247 p. (Humanitas). ISBN 9788570415240. MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi; ARAUJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007. 293 p. ISBN 9788520504642. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010. 301 p. ISBN 9788579700316.

COMPONENTE CURRICULAR	**CÓDIGO**
Planejamento e Gestão em Organizações Públicas	NOVO
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Socio-Organizacionais	

CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Possibilitar conhecimentos teóricos e práticos sobre planejamento e gestão em organizações públicas, a fim de racionalizar as incertezas do ambiente e permitir orientação e direcionamento com vistas a otimizar o desempenho dos bens e serviços ofertados aos cidadãos e o consequente cumprimento dos objetivos organizacionais.

EMENTA

O pensamento estratégico aplicado às organizações públicas. Planejamento Governamental. Planejamento, Orçamento e Gestão: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA). Metodologias para análise de problemas: Diagnóstico Situacional; Análise SWOT; Balanced Scorecard (BSC).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Planejamento Governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais.** São Paulo: Atlas, 2012.

PALUDO, Augustinho Vicente; PROCOPIUCK, Mario. **Planejamento Governamental: referencial teórico, conceitual e prático**. São Paulo: Atlas, 2011 p.215.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John A. **Administração estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO JR, José Celso. **A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**. V. 4, Diálogos para o Desenvolvimento, IPEA, 2011.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

MATUS, Carlos. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

MINTZBERG, Henri; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safari de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

PALUDO, Augustinho Vicente; PROCOPIUCK, Mario. **Planejamento Governamental: referencial teórico, conceitual e prático**. São Paulo: Atlas, 2011 p.215.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Análise de Dados para Tomada de Decisão				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Proporcionar conhecimentos técnicos-gerenciais para tomada de decisão nas diversas área de gestão com base na pesquisa gerencial e análise de dados quantitativos.

EMENTA

Tipos de Dados; Métodos de coleta de dados; Mensuração e escalas; Elaboração de questionários; Análise básica de dados; Análise avançada de dados; Elaboração de relatórios e apresentação de resultados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOPER, Donald R. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. Porto Alegre AMGH 2016 1 recurso online ISBN 9788580555738.

HERNANDEZ SAMPIEIRI, Roberto. **Metodologia de pesquisa**. 5. Porto Alegre AMGH 2013 1 recurso online ISBN 9788565848367.

SHARPE, Norean R. **Estatística aplicada administração, economia e negócios**. Porto Alegre Bookman 2011 1 recurso online ISBN 9788577808656.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMCZUK, André A. **A prática da tomada de decisão**. São Paulo: Atlas, 2009. 151 p. ISBN 9788522452835.

COLIN, Emerson Carlos. **Pesquisa operacional:** 170 aplicações em estratégia, finanças, logística, produção, marketing e vendas. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 501 p. ISBN 9788521615590

CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coord). **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração:** contabilometria. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 490 p. ISBN 9788522452163

HAIR JR., Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p. recurso online ISBN 9788577805341.

RAGSDALE, Cliff T. **Modelagem e análise de decisão**. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 590 p. ISBN 9788522106851

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Seminários em Gestão Pública II				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	2			3

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a compreensão do papel da Constituição dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, habituando-os à utilização das normas constitucionais como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica e social.
EMENTA Teoria dos Direitos Fundamentais. Organização do Estado e dos Poderes. Processo Legislativo e Controle de Constitucionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Formação em Extensão - Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Constituição (1988); CANOTILHO, José Joaquim Gomes et al. (Coord.). **Comentários à Constituição do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 2504 p. (Série IDP). ISBN 9788553172641. MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional.** 13. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online (IDP). ISBN 9788553172832. SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. 515 p. ISBN 9788595900257.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR APPIO, Eduardo. **Controle judicial das politicas publicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2006. 287 p. ISBN 8536208775 CARDOSO JÚNIOR, José Celso; BERCOVICI, Gilberto (Org.). **República, democracia e desenvolvimento:** contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília: IPEA, 2013. 746 p. (Diálogos para o Desenvolvimento ; v.10). ISBN 9788578111793. MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade** estudos de direito constitucional. 4. São Paulo Saraiva 2011 1 recurso online ISBN 9788502134249. SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito constitucional.** 10. São Paulo Saraiva Jur 2021 1 recurso online ISBN 9786555593402. SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais:** conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 279 p. (Teoria & direito público). ISBN 9788539200313.

3º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	**CÓDIGO**
Gestão de Pessoas no Setor Público	NOVO
Departamento ou equivalente	

Centro de Ciências Socio-Organizacionais	

CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
Horas: 75	**T**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Proporcionar conhecimentos capazes de levar os discentes a refletir sobre a Gestão de Pessoas no Setor Público, capacitando-os a implementar e desenvolver os processos de Gestão de Pessoas, compreendendo sua inter-relação e interdependência com as demais áreas organizacionais e políticas da administração pública.

EMENTA

Evolução da Gestão de Pessoas no Setor Público. Processos de Gestão de Pessoas e legislação. Cultura Organizacional. Políticas de Gestão de Pessoas. Gestão por Competências. Qualidade de Vida no Trabalho. Tendências em Gestão de Pessoas no Setor Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUTRA, Joel Souza Et Al. **Gestão de pessoas em empresas e organizações públicas**. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597020793.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura organizacional - evolução e crítica.** São Paulo Cengage Learning 2012 1 recurso online (Debates em administração). ISBN 9788522108534

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de gestão em organizações públicas:** teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: EDUCS, 2011. 701 p. ISBN 9788570616197.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; FONSECA, Diogo Ribeiro da; PORTO, Valeria (Org.). **Estudos em Gestão de Pessoas no Serviço Público**. Nº 37, Brasília: ENAP, 2014. (Cadernos ENAP).

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho Cesar et al. **Gestão de pessoas nas empresas contemporâneas brasileiras**. Rio de Janeiro GEN Atlas 2017 1 recurso online ISBN 9788595152458.

HITT, Michael A de; MILLER, C. Chet, COLELLA, Adrienne. **Comportamento Organizacional**. 3ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2013. Rio de Janeiro LTC 2013 1 recurso online ISBN 978-85-216-2318-2.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina et al. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002. 306 p. ISBN 9788573123661

LUZ, Ricardo. **Gestão do Clima Organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. 4ª reimpressão.

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Gestão Pública e Desenvolvimento	NOVO
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Socio-Organizacionais	

CARGA HORÁRIA:	Distribuição de créditos			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Proporcionar e habilitar aos alunos conhecimentos do desenvolvimento brasileiro, Gestão Pública e suas inter-relações com a economia.

EMENTA

Panorama descritivo do mercado brasileiro. Aspectos demográficos. O Brasil ao longo do século XX, etapas do crescimento econômico brasileiro. Desenvolvimento e distribuição de renda. Modelos de desenvolvimento econômico agroexportador e PSI. Inflação. Política fiscal, monetária e setor externo. Planos econômicos do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia brasileira**. 6. São Paulo Saraiva 2018

GIAMBIAGI, Fabio. **Finanças públicas teoria e prática no Brasil**. 5. Rio de Janeiro GEN Atlas 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, Ijuí: FIDENE, 1991.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). **Manual de macroeconomia:** nível básico e nível intermediário. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia micro e macro**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de economia**. 6. São Paulo Saraiva 2011.

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Contabilidade no Setor Público	

Departamento ou equivalente				NOVO
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
Horas: 75	**T**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a aquisição de competências profissionais através dos conteúdos fundamentais da contabilidade pública, desenvolvendo a compreensão das contas públicas do Brasil e a percepção crítica da elaboração do orçamento público brasileiro.

EMENTA

Regras gerais de Contabilidade. Fundamentação da Contabilidade Pública. Estrutura do Patrimônio Público. Escrituração do Patrimônio Público. Demonstrações Contábeis Públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público:** abordagem objetiva e didática. 3. São Paulo: Atlas, 2021.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. Rio de Janeiro : Atlas, 2018.

KOHAMA, Héilio. **Contabilidade pública:** teoria e prática. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IUDÍCIBUS, Sérgio et al./Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade USP. **Contabilidade Introdutória**. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, José Matias. **Curso de Administração Pública:** foco nas instituições e ações 24 governamentais. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

QUINTANA, Alexandre Costa...[et al]. **Contabilidade pública:** de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. – São Paulo: Atlas, 2011.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública:** um enfoque na Contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. – 2 ed. – 5. reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública:** gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. – 2. ed. rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Gestão de Políticas Públicas I	NOVO
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Socio-Organizacionais	

CARGA HORÁRIA:	Distribuição de créditos			
Horas: 75	**T**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Introduzir os estudantes ao estudo das políticas públicas, familiarizando-os com debates e abordagens fundamentais na área de Análise de Políticas Públicas.

EMENTA

Introdução ao estudo das políticas públicas. Relações entre Estado e sociedade. O papel das instituições na produção de políticas públicas. Políticas públicas como campo de estudos e como ação governamental. Processos de políticas públicas. Políticas públicas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas:** diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo Cengage Learning 2016 1 recurso online ISBN 9788522125470.

SOUZA, Celina Maria de; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Org.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: REVAN, 2006, 2013. 310 p. ISBN 8571063486.

ZIMERMAN, Artur ; DIETRICH, Ana Maria (Org.). **Café com Políticas Públicas:** novas abordagens de políticas públicas no Brasil. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2012. 293 p. (Coleção Café com PP) ISBN 9788565212069

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV, 2012. 227 p. ISBN 9788575412985

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. FIOCRUZ, 2017.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (Ed.). **Handbook of public policy**. London: Sage Publications, 2006. 512 p. ISBN 9780761940616.

SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas** – Coletânea, Volume 1 e 2. Brasília, ENAP, 2006.

MULLER, Pierre. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002. 155 p.

\

4º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Gestão da Informação no Setor Público	NOVO
Departamento ou equivalente	
Centro de Ciências Socio-Organizacionais	

CARGA HORÁRIA:	Distribuição de créditos			
	T	P	EAD	EXT
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Entender a importância da Gestão da Informação, no funcionamento das organizações do setor público, bem como para a melhoria contínua de suas práticas administrativas. Interpretar conceitos técnicos dos campos da Gestão da Informação; aplicar conceitos técnicos dos campos da Gestão da Informação; compreender as características essenciais da Gestão da Informação e a sua especificidade no âmbito das organizações do setor público.

EMENTA

A importância da comunicação na gestão pública; Sistemas de informação no setor público; os canais de informação e comunicação em setores públicos distintos aplicáveis nas práticas de gestão da informação; Sistemas de gestão de informações no setor público e a aplicação das tecnologias da informação, bem como seus impactos na gestão pública e na sociedade; legislação que regulamenta a gestão da informação no setor público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFFONSO, Ligia Maria Fonseca. **Gestão de informações no setor público**. Porto Alegre SER - SAGAH 2018 1 recurso online ISBN 9788595023680.

O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M. **Administração de sistemas de informação:** uma introdução. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013. 590 p. ISBN 9788580551105

TURBAN, Efraim. **Tecnologia da informação para gestão em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional**. 8. Porto Alegre Bookman 2013 1 recurso online ISBN 9788582600160.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REZENDE, Denis Alcides. I**nteligência organizacional como modelo de gestão em organizações privadas e públicas guia para projetos de Organizational Business Intelligence - OBI**. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788597001440.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais e operacionais tecnologias da informação e as organizações do século 21**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597022902.

FERREIRA, Maria das Graças, Filho, Alecio Fiel, Kanaane, Roberto. **Gestão Pública Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas**. São Paulo Atlas 2012 1 recurso online ISBN 9788522475131.

MORAIS, Izabelly Soares de. **Governança de tecnologia da informação**. Porto Alegre SER - SAGAH 2019 1 recurso online ISBN 9788595023437

BALTZAN, Paige. **Tecnologia orientada para gestão**. 6. Porto Alegre AMGH 2016 1 recurso online ISBN 9788580555493.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Gestão de Projetos no Setor Público				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Possibilitar uma compreensão aprofundada sobre a elaboração, análise e monitoramento de projetos ligados ao setor público, considerando as interfaces entre Estado e terceiro setor. Criar condições para a ação prática na gestão de projetos considerando a participação e o envolvimento da sociedade para além da ideia de "público-alvo", mas como participante ativa em ações que dizem respeito ao bem comum.

EMENTA

Elaboração e análise de projetos voltados ao setor público. Relações entre o setor público e o terceiro setor. O conceito de "público não-estatal". Abordagens participativas para elaboração de projetos no setor público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFFONSO, Ligia Maria Fonseca. **Gestão social**. Porto Alegre SER - SAGAH 2018 1 recurso online ISBN 9788595023130.

BUARQUE, Cristóvam. **Avaliação econômica de projetos:** uma apresentação didática. São Paulo: Elsevier, 1994. 266 p. ISBN 9788570011848.

CONHECIMENTO em **Gestão participativa:** relatório e pesquisas. Brasil: Ed. MS, 2007. 91 p. (Série C: projetos, programas e relatórios).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVALCANTI, Francisco Rodrigo P. **Fundamentos de gestão de projetos**. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 recurso online ISBN 9788597005622.

GABRIEL, Ricardo Alexander. **eSocial prático para gestores**. São Paulo: Erica, 2016.

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. **Banco de dados projeto e implementação**. 3. São Paulo: Erica, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos:** como transformar idéias em resultados. 5. São Paulo Atlas 2014 1 recurso online ISBN 9788522487608.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. 312 p. ISBN 8532610579

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Gestão Financeira e Orçamento Público				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Esta disciplina tem como objetivo principal possibilitar ao aluno a compreensão das principais questões que estão envolvidas na formulação e na execução orçamentária e financeira do setor público brasileiro. Habilitar aos alunos conhecimentos de Finanças Públicas, suas inter-relações com a economia. Conhecer e discutir o orçamento público, previdência e sua aplicação nas organizações, bem como seus impactos e benefícios da gestão governamental, ressaltando o papel do Estado.

EMENTA

Fundamentos teóricos, metas e objetivos macroeconômicos. Estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Indicadores econômicos. O papel do Estado nas economias de mercado. O setor público no Brasil. O marco jurídico – a Constituição Federal e as normas vigentes; os orçamentos fiscal e previdenciário, e os fundamentos que contemplam o sistema e que orientam o desenvolvimento do processo orçamentário público brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 374 p.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público** abordagem simples e objetiva. 2. São Paulo Atlas 2013

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIAMBIAGI, Fabio. **Finanças públicas teoria e prática no Brasil**. 5. Rio de Janeiro GEN Atlas 2015.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GIAMBIAGI, Fabio. **Finanças públicas teoria e prática no Brasil**. 5. Rio de Janeiro GEN Atlas 2015.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, Ijuí: FIDENE, 1991.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Gestão de Políticas Públicas II				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Propiciar a análise e compreensão aprofundada dos processos que dão origem às políticas públicas, bem como a complexidade envolvida na implementação das ações governamentais. Examinar abordagens analíticas para a compreensão dos processos de entrada de temas nas agendas governamentais, com foco em experiências recentes no Brasil.

EMENTA

A complexidade dos processos de formulação e implementação de políticas públicas nas democracias contemporâneas. Processos de formação de agendas governamentais. Construção de problemas públicos. Tomada de decisão. Implementação de políticas públicas. Capacidades estatais e burocracias implementadoras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPELLA, Ana Cláudia. **Análise de Políticas Públicas:** da técnica às ideias. Agenda Política. Vol. 3, p. 239-258, 2015

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. FIOCRUZ, 2017.

SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas** – Coletânea, Volume 1 e 2. Brasília, ENAP, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV, 2012. 227 p. ISBN 9788575412985 (Fiocruz).

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais:** determinantes da descentralização. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2011. 302 p. ISBN 8571061947.

BIRKLAND, Thomas. **An Introduction to the Policy Process** – Theories, Concepts and Models of Public Policy Making. M. E. Sharpe; Armonk, New York, London, England, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas:** um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, no. 51, Fevereiro de 2003.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil**. Organizações e Sociedade, Salvador, v. v.7, n. n.17, p. 59-86, 2000.

COMPONENTES OPTATIVOS

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Propiciar condições para o aluno discutir sobre Direitos Humanos, a partir dos seus fundamentos sócio históricos. Analisar os Direitos humanos a partir da sua relação com as políticas públicas, memória e justiça social, particularmente no que tange a realidade brasileira. Apresentar os conceitos de raça e etnia, racismo, preconceito e discriminação numa abordagem pluriétnica e multidisciplinar, tomando como desafio possibilidades mais democráticas de tratar a diferença.

EMENTA

Conhecimento dos fundamentos sócio-históricos dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e Políticas Públicas. Acessibilidade e Inclusão. Direitos Humanos: Memória e Justiça Social. Direitos Humanos: Cenários e Perspectivas no Brasil. Os conceitos de raça, etnia, racismo, preconceito e discriminação, a partir das abordagens sociais e das matrizes étnico-raciais constituídas no Brasil. Políticas de Ações Afirmativas e

discriminação Positiva. Cultura afro-brasileira e africana. Projetos interdisciplinares de Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos**. 6. São Paulo Saraiva 2020 1 recurso online ISBN 9788553618446.

GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. **Preconceito e discriminação:** queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. 2. ed. São Paulo: Fundacao de Apoio a Universidade de Sao Paulo ; Ed. 34, 2004. 155 p. ISBN 8573263180.

GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundacao de Apoio a Universidade de Sao Paulo ; Ed. 34, 2002. 231 p. ISBN 857326232X

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788553607884.

MATTOS NETO, Antonio José de. **Direitos humanos e democracia inclusiva**. São Paulo Saraiva 2012 1 recurso online ISBN 9788502175792.

MINHOTO, Antonio Celso Baeta. **Da escravidão às cotas:** a ação afirmativa e os negros no Brasil. 1. ed. Birigui: Boreal, 2013. 268 p. ISBN 9788599286449

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade:** o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: Rio de Janeiro : Pallas, 2007. 335 p. ISBN 9788534703628.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Edições Câmara, 2015. 298 p. (Série temas de interesse do legislativo ; n. 19). ISBN 9788540200210.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Análise de Investimentos				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno conhecimentos relacionados à área financeira que possibilitem a tomada de decisão e a gestão das finanças organizacionais.

EMENTA

Conceito de valor do dinheiro no tempo. Conceito de fluxo de caixa. Calculadoras financeiras e tabelas financeiras. Juros simples e compostos. Taxa de juros

(proporcionais, equivalentes, taxas nominal e efetiva, taxa over, taxa aparente e real) e inflação. Desconto. Séries uniformes de pagamentos. Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos. Análise de Investimentos (VPL, payback, custo-benefício, IL, TIR) e tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMLOFFSKI, Rodrigo. **Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 2014. Recurso online ISBN 9788522486571.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Análise de investimentos manual para solução de problemas e tomadas de decisão**. 12. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Recurso online ISBN 9788597023299.

SAMANEZ, Carlos Patricio. **Matemática financeira:** aplicações à análise de investimentos. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. 286 p. ISBN 9788576057994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 8. Rio de Janeiro: Atlas 2020. Recurso online ISBN 9788597026184.

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 14. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Recurso online ISBN 9788597021615.

CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Matemática financeira aplicada a produtos financeiros e à análise de investimentos**. São Paulo: Saraiva, 2013. Recurso online ISBN 9788502207615.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 775 p. ISBN 9788576053323.

TOSI, Armando José. **Matemática financeira com utilização da HP-12C** - edição compacta. 2. São Paulo: Atlas, 2009. Recurso online ISBN 9788522465811.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Gestão Ambiental				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Capacitar os acadêmicos nos princípios, conceitos, políticas e instrumentos para a Gestão Ambiental.

EMENTA

Conceitos fundamentais de ecologia. Biomas. Biodiversidade. Ações antrópicas. Legislação e normas ambientais. Licenciamento Ambiental. Histórico, evolução e

conceitos básicos de Política Ambiental Internacional e Brasileira. Avaliação de impacto ambiental. Plano de Gestão Ambiental. Gestão Ambiental: histórico e conceitos; Gestão Ambiental e Responsabilidade Socioambiental; Planejamento Estratégico e a Gestão Ambiental; Sistema de Gestão Ambiental: histórico e evolução; Governança e Gestão do Meio Ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Federalismo e competências ambientais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN 9788522497959.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. ISBN 9788597011159.

BARBIERI, José Carlos. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN 9788547208325.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial:** conceitos, modelos e instrumentos. 4. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN 9788547208233.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. ISBN 9788597017168.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Curso de gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2014. ISBN 9788520443200.

RICKLEFS, Robert. **A economia da natureza**. 7ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016. ISBN 9788527729635.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Instituições de Direito Público				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
Horas: 75	**T**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Proporcionar aos discentes, noções gerais sobre a Ciência Jurídica e seu papel na organização e funcionamento do Estado, com base na Constituição Federal e nos princípios dela decorrentes.

EMENTA

Introdução ao Direito: conceito, fontes, teoria geral da norma jurídica e do ordenamento jurídico. Teoria Geral do Estado: elementos fundamentais do Estado, Separação de Poderes, Formas de Estado, Formas e Sistemas de Governo. Direito Constitucional: conceito de constituição, poder constituinte, direitos e garantias fundamentais, processo legislativo. Direito Administrativo: regime jurídico

administrativo e organização da Administração Pública. Direito Tributário: conceitos fundamentais do Direito Tributário, competência tributária, limites ao poder de tributar, espécies de tributos, obrigação tributária e crédito tributário.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 306 p. ISBN 9788502188853. MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. 562 p. ISBN 9788539202751. SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. 928 p. ISBN 9788539201600.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AVILA, Humberto. **Sistema constitucional tributário**. 5. São Paulo Saraiva 2011 1 recurso online ISBN 9788502157361. BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 550 p. CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. 1103 p. ISBN 9788574209579 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. 1127 p. ISBN 9788539200405. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 1446 p. ISBN 9788502218741

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública I				NOVO
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre teorias da democracia.
EMENTA Gestão Pública. Teorias da Democracia. Experiências de democracia participativa e deliberativa no Brasil. Democracia e desigualdade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Teoria do Estado filosofia política e teoria da democracia**. 5. São Paulo Atlas 2016 1 recurso online ISBN 9788597007947

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia:** uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009. 285p. (Biblioteca Artmed. Filosofia). ISBN 9788536318264.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2017. 582 p. ISBN 9788539306916.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil:** Barry Ames ; tradução Vera Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 409 p.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV, 2012. 227 p. ISBN 9788575412985 (Fiocruz).

COSTA, Homero de Oliveira. **Democracia e representação política no Brasil:** uma análise das eleições presidenciais (1989-2002) . Porto Alegre: Sulina, 2007: 286 p. ISBN 9788520504840.

DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. UnB, 2009. 230 p. ISBN 9788523006211.

LACLAU, Ernesto. **Hegemonía y estrategia socialista:** hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004, 2006. 246 p. ISBN 9505575955.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública II				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre Estado e Sociedade.

EMENTA

Gestão Pública. Esferas públicas estatal e não estatal. Terceiro Setor. Agentes Públicos, atores sociais e grupos de interesse. Setor Público e relações de trabalho. Administração Pública e Meio Ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo Cortez 2015 1 recurso online ISBN 9788524924439.

DENHARDT, Robert; CATLAW, Thomas. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

VIOLIN, Tarso C. **Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública:** uma análise crítica. 2ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 156 p.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado:** transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1995. 322 p. ISBN 8511090487.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SPRINGERLINK (ONLINE SERVICE). **Coercion and the State**. 1st ed. 2008. XI, 259 p (AMINTAPHIL: The Philosophical Foundations of Law and Justice, 1873-877X ; 2). ISBN 9781402068799.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor criação de ONGs e estratégias de atuação**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597022186.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública III				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre justiça social.

EMENTA

Gestão Pública. Justiça Social. Teorias da Justiça. Justiça e igualdade. Justiça como equidade. Justiça comunitária. Reconhecimento e redistribuição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. 2. São Paulo Saraiva Jur 2021 1 recurso online ISBN 9786555595758

FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. **Teoria política contemporânea:** uma introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 229 p. ISBN 9788535227758

SANDEL, Michael J. **Justiça:** o que é fazer a coisa certa. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 349 p. ISBN 9788520010303.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DWORKIN, R. M. **Levando os direitos a sério:** a leitura moral da constituição norte-americana. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 568 p. ISBN 9788533623804.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramatica moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009. 291 p. ISBN 8573262818.

MOUFFE, Chantal. **La paradoja democratica**. Barcelona: Gedisa, 2003. 156 p. (Punto critico). ISBN 8474328810.

RAWLS, John. **O liberalismo político:** edição ampliada. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 636 p. (Biblioteca Jurídica WMF). ISBN 9788578273828.

SEN, Amartya Kumar. **A Ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 492 p. ISBN 9788535919271.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública IV				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre Poder Local.

EMENTA

Formas de exercício do poder local, município e territorialidade. O município na Constituição Federal de 1988. Municípios e gestão local. Sociedade civil e administração municipal. Novos arranjos locais: Consórcios Intermunicipais, Câmaras Regionais, Agências de Desenvolvimento e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico. Casos práticos e exemplos de gestão em âmbito municipal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARAH, Marta Ferreira Santos. Disseminação de Políticas Públicas e Programas Governamentais no Nível Subnacional de Governo. **Revista Administração em Diálogo**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração – PUC/SP, 2008.

MINTZBERG, Henry. Administrando governos, governando administrações. **Revista do Serviço Público**. Ano 49, N° 4, Out-Dez, 1998.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria da Política Pública**. Políticas Públicas - Coletânea ENAP. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BICHIR, Renata; JUNIOR, Sergio; PEREIRA, Guilherme. Sistemas Nacionais de Políticas Públicas e seus Efeitos na Implementação: o caso do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 35, Nº 102, 2020.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas.** Nº 21, 2000.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Descentralização das Políticas Sociais no Brasil: o lugar dos Estados no processo de Municipalização. **Revista Política Hoje**, Nº 18, 2009.

MARQUES, Eduardo; ARRETCHE, Marta. Condicionantes Locais das Políticas de Saúde. **Caderno CRH**, Salvador, Nº 39, 2003.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública V				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre políticas públicas.

EMENTA

Estado da arte na pesquisa em políticas públicas (Formulação, Implementação, Avaliação). Políticas públicas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV, 2012. 227 p. ISBN 9788575412985

BIRKLAND, Thomas. **An Introduction to the Policy Process** – Theories, Concepts and Models of Public Policy Making. M. E. Sharpe; Armonk, New York, London, England, 2001.

RESENDE, Guilherme Mendes (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil:** uma análise de seus impactos regionais . Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 2 v. ISBN 9788578112226 (v.1).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais:** determinantes da descentralização. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2011. 302 p. ISBN 8571061947.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento 2015:** estado, planejamento e politicas publicas. Brasília: IPEA, 2015. 288 p. (Brasil: o estado de uma nação). ISBN 9788578112646.

MORAN, Michael J.; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (Ed). **The oxford handbook of public policy**. New York: Oxford University Press, 2008. 983 p. ISBN 9780199269280.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (Ed.). **Handbook of public policy**. London: Sage Publications, 2006. 512 p. ISBN 9780761940616.

SOUZA, Celina Maria de; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Org.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006, 2013. 310 p. ISBN 8571063486.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública VI				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre políticas sociais.

EMENTA

Administração Pública e Política Social. Temas setoriais: educação, saúde assistência social e combate à desigualdade. Políticas sociais em perspectiva comparada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais:** determinantes da descentralização. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2011. 302 p. ISBN 8571061947.

WANDERLEY, Mariangela (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2004 272 p. ISBN 9788528302332.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais:** teoria & prática. São Paulo: Veras, 2001. 173 p. (Núcleos de pesquisa ; 6). ISBN 8587064185. BÓGUS, Lúcia Maria Machado; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFORE-

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV, 2012. 227 p. ISBN 9788575412985

BIRKLAND, Thomas. **An Introduction to the Policy Process** – Theories, Concepts and Models of Public Policy Making. M. E. Sharpe; Armonk, New York, London, England, 2001.

CASTRO, Jorge Abrahão de ; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa família 2003-2010:** avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. 2v ISBN 8578110781 (v.1)

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 611 p.

RICO, Elizabeth Melo (Coord). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 155 p. ISBN 852490674x

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública VII				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre planejamento.

EMENTA

Fundamentos da administração estratégica. Conceituação de planejamento estratégico. Princípios e filosofias do planejamento estratégico. Método de elaboração e implementação do planejamento estratégico. Processo controle e avaliação do planejamento estratégico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERTO, Samuel C; PETER, J. Paul. **Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias** . 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. 321 p. ISBN 9788576058120. Número de Chamada: 658.4012 C418a 3. ed. Biblioteca do Campus Porto

MINTZBERG, Henry. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 359 p. ISBN 9788536303055. Número de Chamada: 658.401 M627a Biblioteca do Campus Porto

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico:** conceitos, metodologia e práticas. 14. ed. rev. São Paulo: Atlas, 1999. 303 p. ISBN 8522423962. Número de Chamada: 658.401 O48p 14.ed. Biblioteca do Campus Porto

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FISCHMANN, Adalberto A. **Planejamento estratégico na prática**. 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 recurso online ISBN 9788597016895. Número de Chamada: recurso online

MINTZBERG, Henry. **Safari da estratégia um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre Bookman 2010 1 recurso online ISBN 9788577807437. Número de Chamada: recurso online

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 512 p. ISBN 8570015585. Número de Chamada: 658 P847v

HITT, Michael; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. **Administração estratégica:** competitividade e globalização. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008. 415 p. ISBN 9788522105205. Número de chamada: 658.4012 H676a 2.ed. Biblioteca do Campus Porto

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração estratégica:** conceitos. São Paulo: Atlas, 2000. 433 p. ISBN 8522423571. Número de Chamada: 658.4012 W947a Biblioteca do Campus Porto

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública VIII				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre teoria das organizações.

EMENTA

A trajetória da Administração Pública. Organizações, modernidade e burocracia. Teorias e perspectivas disciplinas nos estudos da Administração Pública. Estudos organizacionais aplicados ao Setor Público. Interfaces e delimitações entre Gestão Pública, Políticas Públicas e Gestão Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2014. v.3.

HALL, Richard H. **Organizações:** estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004 322 p. ISBN 9788587918765.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo Cengage Learning 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Cristina Amélia. **O poder nas organizações**. São Paulo Cengage Learning 2007. (Debates em administração).

DAFT, Richard L. **Organizações:** teorias e projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes:** estruturas em cinco configurações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 334 p.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo Cengage Learning 2003.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 228 p.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública IX				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre cultura, comunicação e trabalho.

EMENTA

Transformações contemporâneas na comunicação, na cultura e no trabalho. Processo de midiatização da sociedade. Tecnologia e trabalho no Setor Público. Interfaces entre comunicação, cultura e trabalho. Dinâmica sociocultural e Setor Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro LTC 1989 1 recurso online ISBN 978-85-216-2397-7.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 349 p. (Temas de Atualidade). ISBN 85-150-0679-0.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia:** estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: EDUSC, 2001. 452 p. ISBN 8574600733.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. UnB, 2009. 230 p. ISBN 9788523006211.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 247 p. (Humanitas). ISBN 9788570415240.

MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi; ARAUJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007. 293 p. ISBN 9788520504642.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010. 301 p. ISBN 9788579700316.

KALIL, Renan Bernardi. **A regulação do trabalho via plataformas digitais**. 1. São Paulo Blucher 2020 1 recurso online (Direito, economia, sociedade). ISBN 9786555500295.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Tópicos Avançados em Gestão Pública X				NOVO
Departamento ou equivalente				
Centro de Ciências Socio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
	T	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 75				
Créditos: 5	4		1	

OBJETIVO

Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre concessão e regulação no setor público.

EMENTA

Tendências do Direito Administrativo. O modelo regulatório brasileiro. Parcerias Público-Privadas. Agências Reguladoras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 3. Rio de Janeiro Forense 2013 1 recurso online ISBN 978-85-309-5037-8.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34. Rio de Janeiro Atlas 2020 1 recurso online ISBN 9788597024982.

COVA, Carlos José Guimarães. **Manual de estruturação de concessões e parcerias público-privada**. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Direito dos serviços públicos**. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública**. 12. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. N**ovo perfil da regulação estatal administração pública de resultados e análise de impacto regulátorio**. Rio de Janeiro Forense 2015 1 recurso online ISBN 978-85-309-6746-8.

RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (Org.). **Regulação e agências reguladoras:** governança e análise do impacto regulatório. Brasília: Anvisa, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR				**CÓDIGO**
Língua Brasileira de Sinais I (Libras I)				20000084
Departamento ou equivalente				
Centro de Letras e Comunicações				
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**			
Horas: 60	**T**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	4			

OBJETIVO

Objetivo Geral:

• Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais;

• Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística;

• Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.

Objetivos Específicos:

• Desenvolver sua competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar;

• Aprender uma comunicação básica de Libras;

• Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural;

• Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem;

• Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais;

• Compreender os surdos e sua língua partir de uma perspectiva cultural.

EMENTA

Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira.** 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.2v.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? **Crenças e preconceitos em torno da Língua Sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena (Coord.). **Cartografias da surdez:** comunidades, línguas, práticas e pedagogia. Porto: Livpsic, 2013. 513 p. ISBN 9789897300240

LODI, Ana Cláudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (orgs). **Uma escola, duas línguas:** letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Prisicila; NAKASATO, Ricardo. **LIBRAS:** conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA-MACHADO, Lucyenne M. da Costa; BREGONCI, Aline de Menezes; FERREIRA, Arlene Batista; XAVIER, Keli Simões (orgs). **Práticas bilíngues: caminhos possíveis na educação dos surdos**. Vitória: GM. 2010

4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS

Para cumprir os objetivos do curso em formar tecnólogos em gestão pública com competências e habilidades relacionadas com o campo de atuação, as metodologias de ensino e de avaliação buscam valorizar as constantes transformações da área. Por isso, além do cumprimento dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, os alunos são incentivados a ampliar sua formação por meio das horas complementares – que envolvem ensino, pesquisa, extensão e representação discente. A intenção é que os sujeitos desenvolvam sensibilidade para enfrentar os desafios que a sociedade impõe. Isto envolve pensar como o Setor Público pode lidar com as demandas de natureza socioeconômicas da sociedade brasileira, com vistas a construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, Resolução CNE/CP n. 1/2021, considera um dos princípios norteadores da educação tecnológica as "metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes". Collor (2019) resume como metodologias algumas práticas detalhadas na Tabela 4.

TABELA 4. RESUMO DE METODOLOGIAS ATIVAS APONTADAS POR COLLOR (2019)

Metodologia Ativa	Papel Discente	Papel Docente
Aprendizagem baseada em projetos (ABP)	Constrói saberes de forma colaborativa, por meio da solução de desafios.	Inclui tecnologias como vídeos ou fóruns digitais, além de propor atividades que envolvam elementos concretos, tais como cartazes e maquetes.
Aprendizagem baseada em problemas	Foca na parte teórica da resolução de casos. O método promove a interdisciplinaridade, um dos focos centrais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	Propõe a construção de conhecimento através de debates e júris, discutindo em grupo um problema.
Gamificação	Interage com elementos de jogos e desafios, gerando maior engajamento,	Utiliza elementos como jogos e desafios em situações de sala de aula.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 87

	motivação e aprendizagem de modo criativo.	
Sala de aula invertida (*flipped classroom*)	Atua em dois momentos: 1. Online: estuda sozinho, aproveitando materiais da internet. 2. Presencial: compartilha com o grupo sua compreensão do tema, trocando saberes com o professor e os colegas.	Propõe o ensino híbrido, com uso da internet, inicialmente, e mediação do conteúdo em sala de aula, posteriormente.
Aprendizagem entre pares	Responde questões em dupla e/ou grupos, para trocar informações e construir o conhecimento acerca de determinado tema entre pares.	Apresenta questões para que os alunos respondam em duplas, mapeia as respostas utilizando aplicativo, decide por três caminhos diferentes: a) Mais de 70% de acertos - reinicia o processo de exposição dialogada e apresenta uma nova questão sobre um novo tópico; b) Entre 30% e 70% de acertos - reagrupa os alunos em pequenos grupos para que tentem explicar uns aos outros; c) Menos de 30% de acertos - explica novamente o conceito oralmente.

Fonte: Adaptada de Collor (2019).

Além destas, serão considerados ainda alguns citados por Andrade e Amboni (2002) como: aula expositiva, trabalhos em grupo, discussão 66 ou Phillips 66, seminário *brainstorming* (ou tempestade de ideias), dramatização, estudo de casos, estudo do meio, trabalho com textos, discussão dirigida, ensino em laboratório, dinâmicas de grupo, oficinas pedagógicas, painel com interrogatório, GV-GO, grupo de cochicho, zum-zum face a face, entrevista, painel integrado, painel progressivo, simpósio, encadeamento de ideias, discussão circular, técnica de ruminação, fórum, júri pedagógico. Também serão considerados o método do debate simulado ou *role play debate* (MOGRA, 2012), bem como o cineclubismo (LIMEIRA, 2015).

Levando-se em conta a existência de métodos híbridos em várias das propostas de metodologias ativas referidas acima, bem como a autorização da Portaria 2.117/2019 para ampliação da carga horária de educação a distância em cursos presenciais de graduação para o limite de 40%, o curso de Gestão Pública reservou 20% da carga horária de cada disciplina à modalidade de Educação à Distância (EaD)[6], prevendo a possibilidade de

[6] A única exceção é a disciplina optativa de Língua Brasileira de Sinais I (Libras I) – código 20000084, sob responsabilidade do Centro de Letras e Comunicações, que possui carga horária de 4 créditos ou 60 horas teóricas (integralmente presenciais).

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 88

todas as disciplinas oportunizarem atividades presenciais no campus e de forma virtual, via plataformas digitais da UFPel. No ensino híbrido, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), pode-se adotar tecnologias facilitadoras, como a webconferência e ferramentas de colaboração.

O uso de modelos híbridos de ensino é defendido por Collor (2019), para quem o estudante articula atividades presenciais e à distância, com vídeos e exercícios interativos. Tanto o aprendizado presencial quanto o aprendizado em EaD podem usar metodologias ativas, cujo uso fazem do aluno o protagonista, participando ativamente de sua jornada educativa.

Em linhas gerais, estes são os procedimentos metodológicos, os recursos e os materiais didáticos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem do curso de Gestão Pública – que estão e estarão sempre em constante reavaliação por parte do corpo docente na busca de metodologias inovadoras e ativas.

4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é feita de acordo com o Regimento e com o Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel (2018). Este define as regra para a determinação do aproveitamento do ensino. Com base nas normas da UFPel, deverão ser realizadas no mínimo duas avaliações por semestre para cada disciplina. Por outro lado, é importante destacar que o acompanhamento dos alunos deverá ser constante para o saneamento de dúvidas ou a verificação de conhecimentos que se desenvolvem ou se apresentem em sala de aula.

As avaliações, cujos critériso são explicitados a seguir, tem por finalidade medir e acompanhar o crescimento e aprendizado dos alunos, através da coleta de resultados semestreis. Para que haja um acompanhamento real do desempenho, torna-se imprescindível que os coeficientes de aproveitamento dos trabalhos, seminários e demais avaliações sejam obrigatoriamente acrescidos de um parecer ao estudante, feitos de forma verbal ou escrita, com o objetivo de que a avaliação torne-se motivadora de um contínuo crescimento.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 89

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) tem papel central na avaliação contínua do PPC, sendo corresponsável "pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, visando à continuada promoção de sua qualidade" (UFPel, 2013, p.01). A Universidade Federal de Pelotas também conta com o Grupo de Interlocução Pedagógica (GIP), que promove reuniões regulares para avaliação dos processos de ensino e aprendizagem na Universidade. Atualmente, o CCSO tem 3 (três) docentes que representam o Centro no GIP e colaboram, assim, na orientação de docentes sobre práticas e didáticas mais adequadas a cada momento e na superação de dificuldades de aprendizagem durante a trajetória acadêmica.

Os dispositivos formais de avaliação dos estudantes devem ser considerados a partir das diferentes especificidades dos componentes curriculares. Apesar de a aplicação de provas ser o método tradicionalmente mais utilizado, dependendo da característica da disciplina, os professores poderão adotar outras estratégias que considerem mais adequadas para a avaliação do aluno. Todas as regras envolvendo os tipos de avaliação adotados, datas, pesos e valores deverão ser comunicados ao estudante no início de cada semestre, a partir do plano da disciplina – eventuais modificações dos critérios durante o semestre igualmente deverão ser comunicados aos alunos dentro de um prazo razoável.

A liberdade de cátedra é um dos princípios da educação brasileira, estando expresso no art. 206, inciso III, da Constituição Federal, que diz que o ensino será ministrado com base na "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" – dispositivo repetido também no art. 3º, inciso III, da Lei n. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). O artigo 13º, inciso III da LDB é bastante assertivo quando afirma que os docentes incumbir-se-ão de "**zelar pela aprendizagem dos alunos**" (grifo nosso).

Não cabe ao NDE nem ao Colegiado do Curso imiscuir-se na atividade docente para determinar quais formas ou critérios de avaliação deverão ser aplicados. Estes cabem única ou exclusivamente ao professor responsável pela disciplina. Abaixo são listados, **em caráter meramente exemplificativo**, alguns dos instrumentos de avaliação correntemente aplicados no Curso:

- avaliação/trabalho coletivo ou individual de cunho teórico, com ou sem consulta, realizado em sala de aula em em outro momento;

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 90

- organização de seminário teórico/prático apresentado pelos estudantes;
- trabalhos práticos coletivos ou individuais realizados em sala de aula ou em outros momentos;
- trabalhos práticos coletivos ou individuais com apresentação de relatório em seminário;
- resenha de textos, relatos críticos, artigos e monografias.

O sistema de avaliação segue rigorosamente o Regimento Geral da UFPel, que define, nos artigos 183 a 198, que a verificação da aprendizagem é feita por unidade curricular incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A avaliação é contínua, processual e sistêmica. A frequência às aulas e às demais atividades acadêmicas é obrigatória. Independentemente dos demais resultados alcançados, é considerado reprovado na unidade curricular o aluno que não obtenha a frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e atividades ministradas. A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor por meio de registros no Sistema COBALTO. É vedado o abono de faltas, admitindo-se apenas a compensação da ausência às aulas mediante a atribuição de exercícios domiciliares nos termos do regulamento e da legislação em vigor (como serviço militar ou problemas de saúde, com laudo da perícia médica).

As notas de provas e a média final são graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), admitida uma casa decimal. A média aritmética das verificações constitui a nota semestral, considerando aprovado o aluno que obtiver nota semestral igual ou superior a 7,0 (sete). Considerar-se-á definitivamente reprovado o aluno que obtiver média semestral inferior a 3,0 (três). O aluno que obtiver média semestral inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 3,0 (três), com frequência igual ou superior a 75% das aulas, submeter-se-á a um exame final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. E considerar-se-á aprovado o aluno que, após realizar o exame final, obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco), resultante da divisão por 2 (dois) da soma da nota semestral com a do exame final. É assegurado ao aluno, desde que devidamente fundamentado, o direito de requerer a revisão de avaliações, até 72 horas após a realização da mesma.

Ao aluno que não comparecer às provas de aprendizagem é concedida outra oportunidade para realizá-las, desde que venha requerê-las na vigência do módulo e

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 91

comprove: impedimento legal, motivo de doença atestada por médico e motivo de força maior. É importante destacar que se reserva ao professor o direito de definir quais as atividades de recuperação que serão adotadas, bem como o tempo previsto para a execução das mesmas.

4.3. APOIO AO DISCENTE

A UFPel possui setores voltados ao atendimento discente, com destaque para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Nesse órgão, a Coordenação de Assistência Estudantil gerencia a Casa do Estudante, espaço que congrega estudantes dos cursos da UFPel que não possuem condições de moradia, por serem de outras cidades e/ou de baixa renda. Outras formas de apoio são também promovidas pela UFPel, como o Auxílio-moradia, o Auxílio-deslocamento, a bolsa permanência e o auxílio eventos, para citar alguns. Muitos deles representam uma contribuição mensal para a fixação e mobilidade de estudantes de fora e/ou da cidade de Pelotas que apresentam dificuldades financeiras. Mais recentemente, a PRAE instituiu a formatura institucional – lançando editais para que os prováveis formandos se inscrevam e possam participar de uma solenidade de formatura aberta ao público "em uma proposta inclusiva e igualitária que oportuniza aos estudantes a colação de grau custeada pela própria Universidade (PRAE, 2020). Além disto, regularmente são publicados Editais de Programas de Assistência Estudantil, os quais possuem recursos destinados à retenção e conclusão dos estudos.

A PRAE conta ainda com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUPAD), responsável pelo apoio e orientação emocional aos estudantes com dificuldades pessoais e/ou de aprendizado. O NUPAD também promove encontros de grupos de apoio psicológico e palestras sobre saúde mental visando a difundir o apoio institucional fornecido.

Existe também uma política de apoio que oportuniza que discentes possam cadastrar seus filhos para que tenham acesso ao restaurante universitário. Há, atualmente, três unidades do Restaurante Universitário: uma localizada no Campus Capão do Leão, outra no Campus Anglo e uma no Campus Centro. Todas servem refeições com cardápio semanal aos estudantes que têm direito ao auxílio-alimentação, disponíveis também aos demais estudantes a preços populares.

Outro setor de destaque ao atendimento estudantil é a Coordenação de Políticas Estudantis, que desenvolve várias iniciativas, principalmente a partir de editais de fomento, voltados a temas e ações como bolsas para a iniciação ao trabalho, editias para a realização de eventos acadêmicos, bolsas de desenvolvimento institucional, além da já mencionada cerimônia de formaturas institucionais. Existem também editais específicos para a permanência de estudantes de origem indígena ou quilombola.

A PRE possui também vários canais de atendimento e suporte aos estudantes, tais como a Coordenação de Pedagogia Universitária (CPU) e a Coordenação de Ensino e Currículo (CEC), responsáveis pela interloucução pedagógica entre alunos e professores.

Em sintonia com os objetivos estratégicos elencados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Conselho Universitário da UFPel, em julho de 2016, aprovou a Resolução n. 08, que trata da aprovação do Plano Institucional de Acessibilidade, visando a "articular, fomentar e consolidar uma política de acessibilidade e inclusão na UFPel, promovendo adequação frente às barreiras pedagógicas, arquitetônicas, urbanísticas, de transporte, informação e comunicação, a fim de promover a acessibilidade e permanência dos alunos, docentes e técnico-administrativos com deficiência na comunidade universitária". O curso de Gestão Pública já acessou em diversos momentos o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Este tem a responsabilidade de gerenciar as ações de acessibilidade e inclusão na UFPel, identificar a população com deficiência por meio de autodeclaração e identificar e habilitar prédios da universidade, garantindo igualmente espaço físico para atendimentos. O Núcleo, além de atender o discente, envia orientações aos coordenadores de curso e aos docentes, elaborando documentos orientadores para que os mesmos possam atender os alunos com necessidades especiais da melhor forma possível. Tais documentos oferecem sugestões de encaminhamento, estratégias e metodologias alternativas, seja nas questões didáticas como na avalição; apoiando projetos de extensão e pesquisa que promovam a acessibilidade; encaminhando alunos para o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUPAD), da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; capacitando técnicos-administrativos lotados no NAI.

O NAI recebe demandas do corpo docente, discente e técnico-amdinistrativo, busca a aquição de equipamentos e tecnologias assistivas, gerando e acompanhando processos administrativos para atendimento de alunos e servidores com deficiência,

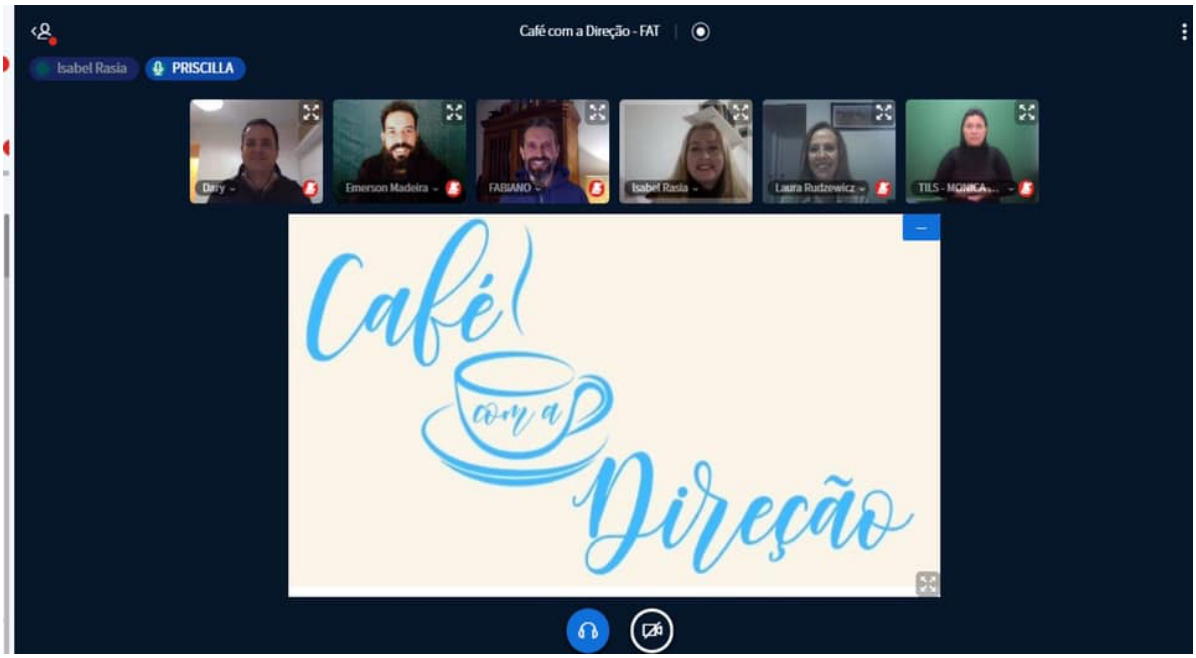
Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 93

oferecendo serviços de tradutores e intérpretes de Língua de Sinais nos cursos de graduação e pós-graduação, em reuniões, defesas de teses e dissertações, dentre outros.

No âmbito do curso, o Colegiado busca estar atento às necessidades específicas dos alunos que demonstrem dificuldades de acompanhamento das disciplinas ou problemas de frequência, encaminhando, conforem o caso, ao apoio discente oportunizado pela PRAE/UFPel. Quando os estudantes procuram pela coordenação do curso, essa dá o primeiro atendimento para posterior encaminhamento junto aos setores responsáveis.

O Centro de Ciências Socio-Organizacionais é reconhecido pela sua relação harmônica entre docentes, técnicos-administrativos e discentes. Há muitas iniciativas promovidas com o intuito de integrar e fornecer apoio aos alunos. O *Café com a Direção*, por exemplo, é uma iniciativa que promove encontros regulares da Direção do CCSO com estudantes de todos os cursos, para ouvir suas demandas e necessidades.

FIGURA 1: CAFÉ COM A DIREÇÃO



Fonte: CCSO (2021).

Outra iniciativa promovida pela Direção da unidade é o *Conexão CCSO*, que tem por objetivo promover palestras e encontros sobre mercado de trabalho, empreendedorismo, direitos humanos e temas transversais que sejam de interesse comum

dos cursos de Administração, Gestão Pública, Turismo e Processos Gerenciais. Esta atividade é uma continuição do antigo *Conexão FAT*.

FIGURA 2: CONEXÃO CCSO



Fonte: CCSO (2021).

Além disto, o *Acolhida CCSO* tem sido considerado uma referência para toda a universidade. Trata-se de um conjunto de ações direcionadas aos alunos ingressantes dos cursos de graduação em Administração, Turismo, Processos Gerenciais e Gestão Pública, com o objetivo de integrá-los por meio de atividades sociais, culturais e informativas. A

Acolhida envolve a recepção dos ingressantes pela comunidade do CCSO, a prestação de informações sobre o funcionamento da universidade e seus diversos setores, um tour e apresentação da estrutura da Universidade, a realização de um piquenique de confraternização, entre outras atividades culturais e informativas em parceria com projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFPel.

FIGURA 3: ACOLHIDA CCSO



Fonte: CCSO (2021).

Em linhas gerais, estes são os movimentos cotidianos e presentes na Universidade Federal de Pelotas que buscam oferecer apoio a seus discentes.

5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

5.1. COLEGIADO DE CURSO

As atribuições do colegiado seguem as definições estabelecidas pelo Estatuo da UFPel, artigos 65 a 67 e o Regimento Geral da UFPel, artigos 122 a 126, destacando que o colegiado é o órgão de coordenação didática, tendo por premissa coordenar e supervisionar o Curso de Gestão Pública no âmbito do ensino.

De acordo com a Portaria Interna do CCSO n. 10, de 10 março de 2021[7], Colegiado do Curso de Gestão Pública é composto atualmente por 10 membros, sendo 8 professores diretamente vinculados às disciplinas que conformam sua matriz curricular, além de envolverem-se em projetos de ensino/pesquisa/extensão em seu âmbito, bem como 2 representantes discentes.

Os membros do colegiado devem participar das reuniões, sempre que convocados pelo coordenador. Nestas oportunidades, são tratados os mais variados temas – pedagógicos, institucionais, administrativos, etc – que são analisados, debatidos e deliberados. A definição e organização das pautas das reuniões, assim como a condução das mesmas é de responsabilidade do coordenador do curso. As pautas também podem ser solicitadas pelos integrantes do colegiado, pela direção do CCSO ou podem mesmo partir de demandas oriundas da Administração Central da UFPel.

Segundo o Regimento da UFPel, são ainda atribuições do colegiado do curso:

- coordenar e supervisionar o curso;
- receber reclamações e recursos na área do ensino;

[7] Compõem o Colegiado do Curso de Gestão Pública os **professores** Daniel Lena Marchiori Neto (Coordenador do Colegiado), Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo, Marcio Silva Rodrigues, Caroline Casali, Marcio Barcelos, Dary Pretto Neto, Rodrigo Serpa Pinto e Flávia Braga de Azambuja, e os **representantes discentes** Louise Oliveira Elias e Rodrigo Paiva da Rosa.

- apreciar os pedidos de transferência e estudar os casos de equivalência de disciplinas de outras Universidades ou Unidades de Ensino para efeitos de transferência;
- elaborar ou rever o currículo, submetendo-o ao Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- propor ao Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes;
- emitir parecer sobre os processos relativos a aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos interessados;
- assegurar a articulação entre o ciclo básico e o ciclo profissional do curso correspondente;
- estabelecer normas para o desempanho de professores orientadores;
- emitir parecer sobre recursos ou representações de alunos sobre matéria didática;
- aprovar o Plano de Ensino das disciplinas do curso correspondente;
- aprovar a lista de ofertas das disciplinas do curso correspondente para cada período letivo;
- elaborar seu Regimento, para aprovação pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

A coordenação do curso, ligada ao Colegiado do curso, possui as suas atribuições alinhadas com o estabelecido pelo Regimento Geral da UFPel, artigo 127, sendo responsável por presidir os trabalhos do Colegiado e regular o funcionamento do curso. São atribuições do coordenador:

- integrar o Conselho Universitário, quando for o caso;
- presidir os trabalhos do Colegiado do Curso;
- responder, perante o Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso correspondente;

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 98

- fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino relativa ao curso;
- coordenar a atividade de orientação discente no âmbito do respectivo curso;
- designar os professores-orientadores;
- receber e encaminhar os processos dirigidos ao Colegiado de Curso;
- solicitar aos Chefes de Departamento as providências necessárias ao regular funcionamento do curso;
- cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso;
- assegurar o regular o funcionamento do colegiado de curso, dentro das normas do Estatuto e do Regimento da Universidade e Resolução do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- comunicar o Diretor da Unidade correspondente as faltas não justificadas de professores às reuniões do Colegiado.

5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Considerando a Resolução COCEPE n. 22/2018, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Gestão Pública foi instituído pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública e homologado pelo Conselho do Centro de Ciências Socio-Organizacionais. Sua composição atende as normativas instituídas pela UFPel, sendo atualmente constituído, de acordo com a Portaria Interna CCSO n. 32, de 15 de junho de 2021, pelos seguintes professores: Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente), Dary Pretto Neto, Flávia Braga de Azambuja, Marcio Barcelos e Rodrigo Serpa Pinto.

O NDE tem caráter consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria acadêmica, para acompanhamento e avaliação do curso, responsável e atuante nas definições do Projeto Pedagógico do Curso e das suas necessidades, a partir da elaboração, da implementação, da atualização e da consolidação do mesmo. O NDE está

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 99

de acordo com a Resolução CONAES n. 01 de 17 de junho de 2010 e Resolução nº 22, de 19 de julho de 2018 (BRASIL, 2018), que define, no artigo 2º, suas atribuições:

> I. Propor, organizar e encaminhar, em regime de colaboração, a elaboração, reestruturação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo concepções e fundamentos;
> II. Promover melhorias no Currículo do Curso tendo em vista a sua flexibilização e a promoção de políticas que visem sua efetividade;
> III. Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso e melhora geral da qualidade do Curso ao qual se vincula, realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade;
> IV. Acompanhar o desenvolvimento do PPC, referendando, por meio de relatório redigido e assinado por todos os seus membros, a adequação das bibliografias básicas e complementares do curso, de modo a garantir compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros cursos que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, seja físico ou virtual;
> V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação e demais legislações relacionadas;
> VI. Acompanhar e apoiar o cumprimento das normas de graduação da UFPel e demais normas institucionais aplicáveis;
> VII. Estudar políticas que visem à integração do ensino de graduação, da pesquisa e pósgraduação e da extensão, considerando o aprimoramento da área de conhecimento do curso;
> VIII. Encaminhar à Direção da Unidade as demandas referentes à aquisição de títulos virtuais ou físicos, para adequação das referências bibliográficas ao PPC do Curso;
> IX. Disponibilizar o relatório referendado de bibliografias aos avaliadores do INEP/MEC, durante as visitas in loco para fins de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de curso ou recredenciamento institucional;
> X. Acompanhar e apoiar os processos de avaliação e regulação do Curso.

Cabe salientar ainda que as responsabilidades do NDE do Curso de Gestão Pública deverão ser sempre revistas, quando for o caso, mediante definição de novas normativas instituídas pela UFPel. Igualmente, em situações em que algum integrante não consiga atender suas responsabilidades junto ao Núcleo, os membros poderão votar pela substituição do mesmo, visando a não prejudicar o andamento das atividades. Após, a presidência do NDE deverá comunicar essa deliberação ao Colegiado do Curso, em busca da definição de um novo integrante.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 100

5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO

A avaliação continuada do curso, do currículo e dos professores é realizada ao final de cada semestre pelos alunos através de instrumento único para toda a universidade. Este é criado e gerido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA-UFPel) e disponibilizado para os estudantes através do sistema COBALTO – e pode ser preenchido de forma anônima. Os professores têm acesso à avaliação do seu desempenho por disciplina ministrada semestralmente, sendo que esta avaliação interfere na pontuação do Relatório Anaul de Atividades Docentes e, consequentemente, para sua progressão funcional.

A avaliação integra o processo de implementação e aferição dos resultados obtidos e dos esperados. Isto pemite diagnosticar se os objetivos propostos pelo PPC estão sendo atingidos ou se é necessário estabelecer mudanças, tais como: qualificação/capacitação docente, reestruturação dos componentes curriculares, ampliação de bibliografias, adoção de novas tecnologias de ensino-aprendizagem, dentre outras. Tais informações constituem, portanto, um arcabouço importante para análise em reuniões pedagógicas, tanto no NDE como no Colegiado.

A avaliação do currículo deverá ser feita periodicamente por um instrumento definido e avaliado pelo NDE, aplicado aos alunos formandos – que já tiveram oportunidade de passar por todos os semestres do curso. O resultado da avaliação deverá ser apresentado em reunião de colegiado para discussão e tomada de providências.

Outra instrumento de avaliação se dá a partir de pesquisa realizada junto aos egressos do curso. A partir de suas colocações no mercado de trabalho, bem como da avaliação crítica acerca da aplicação efetiva dos conhecimentos adquiridos ao longo da faculdade em suas demandas profissionais, é possível manter uma constante análise da pertinência do currículo em vigência.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 101

6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos deve permitir ao Curso conhecer os resultados de sua formação, seja na área acadêmica, na inserção no campo de trabalho ou até na descontinuidade da atuação na área. Uma pesquisa eficiente de acompanhamento fornecesse informações importantes para direcionar mudanças e ajustes na estrutura curricular, além da análise em relação ao perfil profissional pretentido e atingido pelos egressos.

No Curso de Gestão Pública, a interlocução com os egressos ocorre de forma permanente, a partir de convite para participar de palestras, rodas de conversa com os alunos e demais projetos empreendidos no CCSO, apresentando o panorama de empregabilidade e possibilidades que o curso disponibiliza.

A UFPel estabeleceu o portal do egresso (http://wp.ufpel.edu.br/egresso/) e o portal para acompanhamento de egresso (http://wp.ufpel.edu.br/ifcc/), suporte comum para o trato com egressos dos cursos da Universidade. O Portal do Egresso é uma ação da Pró-Reitoria de Planejamento, por meio da Coordenação de Regulação e Acompanhamento (CORAC), com o apoio do Núcleo de Informações Institucionais (NINFI). Tem como propósito acompanhar os profissionais formados pela instituição e, através das informações registradas pelos ex-alunos, identificar o índice de sucesso da instituição com base na inserção de seus egressos no mercado de trabalho. A *Pesquisa do Egresso* proporciona um diagnóstico que auxilia na identificação de potenciais melhorias no Curso.

Ao final de cada semestre, os formandos são cadastrados no Portal e estimulados a fazer depoimentos sobre o curso e sua contribuição para a trajetória profissional. Cabe também ao Colegiado de Curso atualizar e registrar essas informações a cada semestre, assim como acompanhar as considerações feitas no Portal para fins de avaliação e revisão do PPC.

Prevê-se, ainda, a cada ano, que a coordenação do curso mensure o grau de satisfação dos egressos com a formação que receberam através de questionário *online*, com escalas validadas internacionalmente, cujos resultados são transformados em indicadores para fins de acompanhamento da performance do curso. A ideia é criar um banco de dados que permita fazer a análise dos pontos fortes do curso, pontos fracos,

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 102

oportunidades de melhoria, sugestões e críticas que possam embasar correções e ajustes. Busca-se conhecer os setores nos quais os alunos estão empregados, o perfil das organizações empregadoras, a remuneração média, se realizaram pós-graduação (onde e quando), perfil dos cargos que ocupam, entre outras informações. Também é previsto a identificação da medida em que os egressos se sentiram acolhidos, seguros, bem recebidos e orientados durante o ensino de graduação. A elaboração do instrumento de pesquisa conta com o apoio do NDE do curso.

7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Resolução COCEPE n. 10/2015 estabeleceu o regulamento geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em seu art. 1º, prevê a caracterização e o estabelecimento dos procedimentos administrativos para submissão, execução e avaliação dos Programas e Projetos nestas três dimensões. O art. 2º, por sua vez, estabelece que estes devem estar articulados ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos cursos de graduação e/ou pós-graduação, visando à promoção da interdisciplinaridade e a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A mesma resolução adotou submissão de Projetos Unificados por meio de cadastro único para Programas, Projetos e Ações de Ensino, Pesquisa e/ou Extensão. Esta nova modalidade de projetos, por si, já parte da indissociabilidade inerente entre os três âmbitos, considerando apenas a ênfase em algum deles em específico. Assim, por exemplo, um projeto pode ter ênfase em Pesquisa, mas prever ações de Ensino e/ou Extensão.

Dentro do curso de Gestão Pública, os projetos unificados empreendidos pelo corpo docente atenderão à lógica da referida indissociabilidade, devendo haver estímulo constante à participação discente. É bom lembrar que os alunos, para integralizar o currículo, devem contabilizar horas complementares, conforme explicitado no item 3.8 deste PPC. Nesse sentido, muitas das ações empreendidas pelos docentes, em seus respectivos projetos, vem contando com fomento de diversas agências, como CNPq,

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 103

FAPERGS e a própria UFPel em editais próprios.

Abaixo segue a lista de Projetos Unificados cadastrados pelo corpo docente, realizados no âmbito do Curso de Gestão Pública, e que se encontram ativos no corrente ano de 2021:

QUADRO 8: PROJETOS UNIFICADOS ATIVOS EM 2021

Título	Ênfase	Professor responsável
Comunicação Pública e Midiatização: fluxos e circuitos comunicacionais entre organizações e públicos	PESQUISA	Caroline Casali
Gestão Pública em Foco	ENSINO	Daniel Lena Marchiori Neto
Coisa Pública – blog de gestão pública da UFPel	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
Gestão Pública em Ação	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
A teoria do Estado na obra de Michael Oakeshott	PESQUISA	Daniel Lena Marchiori Neto
Grupo de Estudos em Gestão Pública	ENSINO	Dary Pretto Neto
A influência do uso de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas no acesso, permanência de PCD no ensino superior	PESQUISA	Flavia Braga de Azambuja
A gestão nas Organizações Públicas sob a tríade: saúde, ambiente e sustentabilidade	PESQUISA	Isabel Cristina Rosa Barros Rasia
Avaliação Institucional da Educação Superior: um estudo comparativo entre as universidades gaúchas	PESQUISA	Rodrigo Serpa Pinto
Análise e melhoria dos processos de arrecadação municipal: proposição de um modelo integrado de gestão	PESQUISA	Rosana da Rosa Portella Tondolo

Dos projetos aqui listados, cabe deter-se um pouco mais em alguns deles. Primeiramente, é importante destacar que o Programa de Extensão *Gestão Pública em Ação* (código 278 - Cobalto) nasce da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública, dado a necessidade de integralização da extensão em sua matriz curricular. Este programa busca coordenar a prática extensionista a ser realizada pelos estudantes no âmbito de disciplinas obrigatórias[8] e atividades complementares.

O projeto *Gestão Pública em Foco* tem por finalidade a organização de ciclos de

[8] Conforme explicitado no item 3.9 deste PPC, o programa Gestão Pública em Ação está inserido nas ementas das disciplinas *Ética e Administração Pública*, *Formação do Estado Brasileiro*, *Direito e Administração Pública*, *Seminários em Gestão Pública I* e *Seminários em Gestão Pública II*.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 104

palestras e cursos de curta duração na área de Gestão Pública. Os eventos terão temáticas relacionadas principalmente com o mercado de trabalho no setor público, ética do servidor, Teoria do Estado, Direitos Humanos e Políticas Públicas. Priorizando a participação de palestrantes externos à universidade, as atividades terão o objetivo de fortalecer o ciclo de ensino-aprendizagem entre profissionais e alunos, através de um espaço de troca de experiências. Um exemplo de atividade foi a realização da Aula Magna do Curso de Gestão Pública com a Profa. Dra. Laura Carvalho da Universidade de São Paulo (Figura 3).

FIGURA 4: AULA MAGNA COM LAURA CARVALHO (USP)



Fonte: CCSO (2021).

O projeto de ensino *Grupo de Estudos em Gestão Pública* tem por objetivo geral fomentar estudos e discussões científicas a respeito de temas inerentes à gestão pública. No que diz respeito à dinâmica da atividade, prevê encontros semanais de uma hora e meia entre docentes e discentes, onde empreendidas diversas atividades como (a) apresentação e discussão de temas, a partir de um roteiro elaborado pelo professor; (b) resolução de questões e situações-problema, a partir do material estudado; (c), debate sobre o tema estudado, a fim de proporcionar à socialização dos conhecimentos e o debate de soluções; (d) palestras proferidas por gestores das diversas áreas da gestão pública.

8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO

O Curso de Gestão Pública é lotado no Centro de Ciência Socio-Organizacionais (CCSO) junto aos cursos de Bacharelado em Administração (vespertino e noturno), Bacharelado em Turismo e Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais. O CCSO incentiva a formação acadêmica através de ações interdisciplinares, da flexibilidade curricular e da mobilidade acadêmica. Para tanto, promove palestras e eventos conjuntos, tendo em vista que o corpo docente é compartilhado entre os diversos cursos.

A busca por uma maior integração é frequentemente enfatizada pela Direção do Centro e pelos coordenadores. Diversas iniciativas podem ser enumeradas neste sentido, como os já mencionados *Café com a Direção*, *Conexão CCSO* e o projeto *Acolhida CCSO*. Vale ressaltar também que o CCSO conta com dois periódicos que abarcam a pesquisa desenvolvida em todo o centro: *Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT* (ISSN 2316-5812) e *Revista Eletrônica Academicus* (ISSN 2318-6461).

Há que se destacar, ainda, a forte interdependência e relação entre os cursos de gestão do CCSO, com compartilhamento de professores, infraestrutura física e tecnológica e recursos. A estrutura de Centro – recentemente adotada pela unidade – facilita a mobilidade, interdisciplinaridade e complementaridade de recursos, uma vez que a segmentação de docentes não se dá mais por Departamentos.

No que tange à Matriz Curricular do Curso, entendendo que a visão plural contribui para a formação de um agente mais crítico e responsável sobre as práticas organizacionais, os discentes do curso de Gestão Pública são incentivados a realizar disciplinas em outros cursos, na modalidade de matrícula especial, sendo tais créditos passíveis de cômputo para a Formação Complementar. Ressalta-se também como fator de integração o fato de que disciplinas obrigatórias/optativas do Curso de Gestão Pública são também componentes obrigatórios/optativos em outros Cursos (exemplo das disciplinas de Instituições de Direito Público, Gestão Ambiental, Análise de Investimentos e Análise de Dados para Tomada de Decisão).

No âmbito da pós-graduação, o CCSO oferece o Curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, o MBA Gestão Estratégica de Negócios e dois programas de mestrado: Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 106

(DTSA) e Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP). Os egressos do Curso de Gestão Pública encontram, assim, espaços locais para qualificação em nível de pós-graduação. Enquanto ainda matriculados no Curso, os estudantes têm a oportunidade de participar dos eventos promovidos pela Pós-Graduação, de partilhar grupos de pesquisa com estudantes já graduados destes cursos e de contar com amplas trocas em defesas de trabalhos de conclusão tanto da graduação quando da pós-graduação.

É importante destacar, por fim, que o corpo docente do Curso de Gestão Pública possui grande experiência com a pós-graduação stricto sensu. A maioria dos professores atua nos cursos de Mestrado oferecidos pelo CCSO, bem como de outras unidades acadêmica da UFPel (Programa de Mestrado/Doutorado em Sociologia) e de outras instituições públicas (Programa de Mestrado em Administração e Programa de Mestrado em Direito e Justiça Social da FURG).

9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A tecnologia como suporte ao processo de ensino-aprendizagem é bastante relevante no contexto do Curso de Gestão Pública. Informações relacionadas à estrutura do curso, docentes, avisos, documentos, além de informações pertinentes à comunidade em geral, podem ser acessadas através do sítio eletrônico institucional do curso (https://wp.ufpel.edu.br/gestaopublica/). Recentemente, a UFPel também disponibilizou informações relativas a professores, matriz curricular e projetos através de seu portal institucional, na seção destinada ao Curso de Gestão Pública (https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/5110). O curso também oferece, através de plataforma da UFPel, o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que está disponível para uso pelos docentes e discentes (https://moodle.ufpel.edu.br) como apoio às disciplinas presenciais. Recentemente, uma nova versão do AVA tem sido utilizada

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 107

pela UFPel nas disciplinas (https://e-aula.ufpel.edu.br/), também mediada pelo uso de ferramenta institucional de videconferência (http://webconf.ufpel.edu.br/).

No Curso de Gestão Pública, o uso de tecnologias de informação e comunicação é previsto em cada unidade curricular, uma vez que todas as disciplinas (a exceção de Libras I) contemplam 1 (um) crédito em EaD. A carga horária EaD é regulamentada pela Portaria do MEC nº 2117 de 06/12/2019 (MEC, 2019). Tanto as atividades à distância quanto o suporte digital às disciplinas presenciais são efetivados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal de Pelotas. Além disso, vale destacar que a matriz curricular contempla a disciplina obrigatória *Gestão da Informação no Setor Público*, espaço em que os alunos podem refletir sobre a utilização de ferramentas auxiliares de apoio à gestão, capacitando-os para a administração de sistemas de informações gerenciais e de apoio à decisão.

Em relação à infraestrutura em tecnologias de informação e comunicação, os alunos, técnicos professores têm à disposição computadores em sala de aula com equipamentos *datashow*; redes de internet sem fio nas salas de aula e espaços comuns do CCSO; salas de estudo com computadores na biblioteca e em laboratórios de informática. Destaca-se também o acesso facilitado à biblioteca digital da UFPel através do sistema *Pergamum* (https://pergamum.ufpel.edu.br/), permitindo aos alunos a consulta do acervo físico e digital, empréstimo e renovação de livros, além de acesso aos periódicos da CAPES (também disponível através do website da UFPel).

O relacionamento com os discentes do curso (disciplinas, notas, mensagens, presença, entre outros atributos) é meidado através da plataforma institucional Cobalto (https://cobalto.ufpel.edu.br/). Deste modo, os discentes podem ter acesso às informações relacionadas ao seu dia a dia na instituição, permitindo também a comunicação e documentação de mensagens com os professores e entre os próprios discentes. Essa plataforma permite a gestão educacional, além de possibilitar o gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Outra tecnologia institucional a ser destacada é o Sistema Eletrônico de Informação (SEI – https://sei.ufpel.edu.br/), permitindo que os processos relacionados a discentes, docentes e técnicos administrativos possam ser tramitados digitalmente de maneira ágil e transparente, além de estar vinculado a órgãos superiores da UFPel.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 108

10. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Os *Ambientes Virtuais de Aprendizagem*, mais conhecidos por AVA, têm origem na língua inglesa como *Learning Management System* ou LMS. Esses ambientes são softwares elaborados para ajudar os professores a disponibilizar e gerenciar conteúdos para seus alunos, além de permitir o acompanhamento constante do progresso dos estudantes. Geralmente, são utilizados como plataforma principal para EaD ou como ferramenta complementar às aulas presenciais.

O Moodle (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*) é um dos sistemas classificados como AVA, pois permite a implementação de cursos na modalidade a distância, bem como auxiliar as disciplinas e cursos presenciais, possibilitando a gestão da aprendizagem e de trabalhos colaborativos. Outra característica do Moodle é a flexibilidade de configurar e disponibilizar conteúdos, recursos e atividades de forma simples e rápida.

Em 2020, a UFPel adotou o sistema E-aula, que usa como base a plataforma Moodle, estando integrado ao sistema administrativo e acadêmico Cobalto, que é próprio da UFPel. O E-aula representa avanços em termos de atualização, espaço, interação e integração com outros sistemas, em relação ao AVA utilizado anteriormente. Conforme aponta a UFPel (2021, s/p) o E-aula "(...) apresenta algumas facilidades e vantagens como: login integrado (mesmo usuário e senha do Cobalto), migração automatizada dos professores e dos alunos diretamente do Cobalto, integração com o sistema de webconferência da UFPel entre outras que estão sendo desenvolvidas".

Destaca-se que a UFPel possui o Núcleo de Apoio à Tecnologias Educacionais (NATE), disponível em https://wp.ufpel.edu.br/nate/, que presta todo o suporte a alunos e docentes, elabora materiais didáticos de apoio e oferece apresentações, cursos e treinamentos em tecnologias de informação e comunicação. Um exemplo de material que criado pelo NATE é o Manual de Apoio ao Webconf (https://wp.ufpel.edu.br/nate/files/2021/03/Manual-do-WebConf.pdf) que ajuda sobremaneira aos docentes no uso de tecnologias educativas. No que tange ao E-aula tem-se, também, o Guia Docente para Uso da Plataforma E-aula (https://wp.ufpel.edu.br/nate/files/2020/09/Guia-Docente.pdf), que auxilia todos os docentes nessa nova tecnologia (NATE, 2021) .

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 109

Seguindo a Resolução nº 27 de setembro de 2017 (UFPEL, 2017), o Curso segue as prerrogativas no que tange aos Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino à Distância da UFPel. Nesse sentido, fica assegurado que as atividades à distância, previstas neste PPC, encontram-se em harmonia com as prerrogativas das possibilidades de ampliação e complementação da aprendizagem dos envolvidos. Nas disciplinas parcialmente à distância são pensadas atividades que permitam haver conteúdo, meios, resposta, presença e avaliação, sempre pensando nas questões de acessibilidade e inclusão, em especial no que se refere às tecnologias assistivas. Para todas as atividades previstas nesta modalidade, as discussões e apresentações de como elas irão ocorrer ao longo do semestre devem constar no plano de ensino da disciplina e contar com o registro das atividades por meio de disciplinas criadas no E-aula.

A UFPel lançou, ainda, em alternativa ao AVA Institucional, o E-projeto, disponível em https://e-projeto.ufpel.edu.br/. Segundo o NATE UFPel (2021, s/p), "visando qualificar a articulação entre Ensino, Pesquisa e a Extensão, foi desenvolvido o servidor e-PROJETO para oferta de ações em educação online, e visa qualificar o serviço prestado pelo AVA Institucional para oferta de cursos e outras atividades vinculadas". O E-Projeto usa a base Moodle e serve para a criação de cursos e disciplinas. A integração entre o Cobalto e o E-projeto se dá de forma similar ao que foi realizado entre o Cobalto e o E-aula. O E-projeto usa a base de projetos unificados no Cobalto.

11. CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A utilização do ambiente virtual de aprendizagem AVA durante a oferta de componentes curriculares pode ser acompanhada através da atuação de monitores/tutores, que auxiliam os alunos na resolução de exercícios, atividades, questionários, entre outros. Os monitores são selecionados através de editais específicos de monitoria.

Alguns dos conhecimentos necessários para as atividades de tutoria envolvem informática básica, a plataforma do ambiente virtual de ensino-aprendizagem, conhecimento pleno da disciplina ministrada, boa comunicação, competências

comportamentais de organização e planejamento e competências pedagógicas sociafetivas. Para que a tutoria ocorra da forma mais efetiva para o processo de ensino-aprendizagem, algumas atitudes importantes que os tutores devem ter são: acompanhar a aprendizagem dos alunos e auxiliar no acesso ao material e a realização de atividades; desempenhar um papel pedagógico e intelectual, que envolve incentivar a pesquisa, fazer perguntas, relacionar comentários, coordenar discussões, sintetizar seus pontos principais, encorajando assim os estudantes a construção do conhecimento; o tutor desempenhará também um papel social, sendo responsável pelo contato regular com a turma, oferecer *feedback* rápido, construir um senso de comunidade na turma na qual está auxiliando; auxiliar ainda na interpretação do material visual e de multimídia, desempenhando um papel tecnológico.

As atividades de tutoria são essenciais também para nivelamento de estudantes em disciplinas básicas e também para a introdução dos mesmos ao uso de tecnologias de informação e comunicação. Os monitores podem contabilizar a carga horária desenvolvida em atividades de monitoria como atividade complementar, mediante o encaminhamento do Relatório de Atividades devidamente assinado pelo professor orientador ao Colegiado de Curso. Nesse sentido, os docentes que atuam no curso são incentivados a participarem de editais internos de projetos de monitoria – remunerada ou voluntária.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 111

II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O quadro de professores do curso de Gestão Pública é composto por 16 docentes do Centro de Ciências Socio-Organizacionais, sendo 13 Doutores e 3 Doutorandos. A equipe possui uma formação multidisciplinar, em áreas como Administração, Ciências da Comunicação, Ciências Sociais, Direito, Educação, Filosofia, Memória e Patrimônio e Sociologia. Na sequência, apresenta-se a tabela de professores, suas respectivas áreas de atuação e posição na Carreira do Magistério Superior Federal

TABELA 5. QUADRO DE DOCENTES DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

DOCENTE	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CLASSE
Alisson Eduardo Maehler	Doutor em Administração	UFRGS	ASSOCIADO
Caroline Casali	Doutora em Ciências da Comunicação	UNISINOS	ADJUNTO
Daniel Lena Marchiori Neto	Doutor em Direito	UFSC	ADJUNTO
Dary Pretto Neto	Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural	UFPel	ADJUNTO
Elvis Silveira Martins	Doutor em Administração e Turismo	UNIVALI	ASSOCIADO
Fabiano Milano Fritzen	Mestre em Educação Ambiental	FURG	ADJUNTO
Flavia Braga de Azambuja	Mestre em Engenharia de Produção	UFSC	ADJUNTO
Francine Pinto da Silva Joseph	Mestre em Ciências Sociais	UFPel	ASSISTENTE
Isabel Cristina Rosa Barros Rasia	Doutora em Administração	UCS	ADJUNTO
Luciana Fiorentino Novo	Doutora em Educação	UFRGS	ADJUNTO
Marcio Barcelos	Doutor em Sociologia	UFRGS	ADJUNTO
Marcio Silva Rodrigues	Doutor em Administração	UFSC	ASSOCIADO
Paulo Cesar Neves Barboza	Mestre em Direito	UFSC	ADJUNTO

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 112

Rodrigo Serpa Pinto	Doutor em Administração	UFSC	ASSOCIADO
Rosana da Rosa Portella Tondolo	Doutora em Administração	UNISINOS	ADJUNTO
Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo	Doutor em Administração	UNISINOS	ADJUNTO

O Curso conta ainda com os seguintes servidores técnico-administrativos:

a) **André Barbosa da Cruz:** Graduação em Direito (UFPel), Assistente em Administração;

b) **Christian Manetti Geisler:** Graduação em Matemática (UFPel), Auxiliar Administrativo;

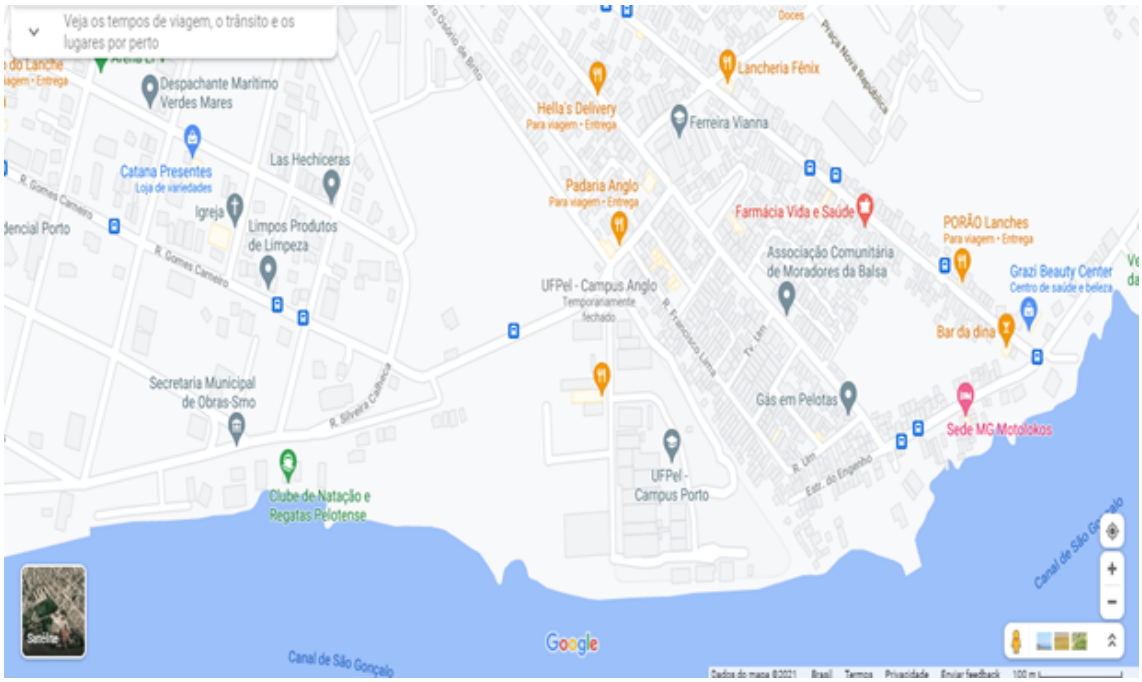
c) **Yuri Serafim da Silva:** Graduação em Direito (UFPel), Auxiliar Administrativo.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 113

III - INFRAESTRUTURA

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública se situa no 4° andar do Bloco B do Campus Anglo da UFPel, ocupando salas próprias pertencentes ao CCSO e outras salas de aula compartilhadas com cursos da universidade. O Campus Anglo é o campus mais recente da UFPel, adquirido após o ano de 2008. Situa-se no centro da cidade de Pelotas/RS, na zona portuária e próximo de outros campi da UFPel, como Centro de Artes, Instituto de Ciências Humanas, Centro de Engenharias, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Possui fácil acesso através da rua Gomes Carneiro e conta com linhas de ônibus de transporte público e do transporte de apoio da UFPel.

FIGURA 5: MAPA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: Imagem do Google (2021).

FIGURA 6: PRÉDIOS DO CAMPUS ANGLO



Fonte: CCS.

Especificamente no que se refere ao Campus Anglo, encontram-se inúmeras comodidades, como cafeteria, restaurante universitário (com custos reduzidos a alunos e servidores), biblioteca com salas de estudo em grupo e individuais (Biblioteca do Campus Anglo), caixas eletrônicos, bicicletário, auditórios e salas de reuniões. Possui áreas verdes, vista para o Canal São Gonçalo, estacionamento fechado, segurança e acessibilidade. O acesso ao 4o. andar do Campus Anglo se dá por duas escadas (uma interna e uma externa) e por dois elevadores. Existem portas corta-fogo, extintores de incêndio e iluminação de emergência. Recentemente a UFPel instalou escadas de emergência na área externa, de metal, e também obteve licenciamento ambiental para o Campus Anglo (UFPEL, 2019).

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 115

FIGURA 7: RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO



Fonte: CCS.

O Centro de Ciências Socio-Organizacionais é composto pelo Conselho, Direção, Direção Adjunta, por duas Câmaras: a Câmara de Ensino e Extensão e a Câmara de Pesquisa e Inovação, além de duas Secretarias: Secretaria Acadêmica e Secretaria Administrativa, e os Colegiados de Curso de Graduação e Pós-Graduação.

Estão à disposição do Curso de Gestão Pública: sala da Comissão de Ensino e Extensão; sala da Comissão de Pesquisa e Inovação; gabinete da direção do CCSO e sala de secretaria da unidade; sala de professores com salas individuais para orientação e copa, destinada ao uso compartilhado dos professores que usam o 4° andar do bloco B do Campus Anglo; sala dos coordenadores da graduação, utilizada pelos coordenadores dos cursos de graduação do CCSO, bem como a secretaria em anexo que conta com 3 (três) servidores técnicos administrativos; duas salas de pesquisa e pós-graduação que são de uso exclusivo e administradas pelo CCSO; sala da Empresa Júnior do Curso de Administração – Emad Jr.; sala dos coordenadores de pós-graduação do Centro, equipada com computadores para cada coordenador, com sala anexa para reuniões com mesa e cadeiras; laboratório de informática do 4º andar, compartilhado com outros cursos alocados no mesmo prédio.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 116

FIGURA 8: BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: CCS.

O CCSO possui, também, dois laboratórios, equipados com computadores e *notebooks* conectados à internet, com acesso ao portal de periódicos da CAPES, provido pela instituição, além de outros equipamentos, como *scanner*, impressora, máquinas fotográficas, filmadora e livros. Os laboratórios são: Laboratório de Estudos Históricos, Educacionais e Socioculturais do Turismo – LABETUR, que tem por objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão que se dediquem aos aspectos relacionados aos diferentes campos do fenômeno turístico, do lazer e da hospitalidade, a partir das perspectivas histórica, social, cultural e educacional; Laboratório de Planejamento e Gestão do Turismo – LAPGETUR, que tem por objetivo promover o conhecimento aplicado do planejamento e gestão do turismo, construindo oportunidades de aprimoramento teórico-prático aos discentes e docentes, comprometidos com os valores da ética e da responsabilidade socioambiental no turismo. As temáticas dos projetos abrangem o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade; a gestão ambiental no turismo; cadeias produtivas, redes de cooperação e *clusters*; formulação estratégica para o turismo e marketing.

Recentemente, todas as salas do CCSO foram climatizadas com ar condicionado do tipo *split*. As salas são padrão com 50 lugares, todas equipadas com computadores *desktops* e *data show*, bem como acesso à rede *wifi* do campus. A comunidade do CCSO dispõe, ainda, de espaço de convivência com mesas e cadeiras em madeira.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 117

Estão à disposição do Curso de Gestão Pública, também, dois auditórios no 4º do Campus Anglo, com aproximadamente 90 lugares cada, ambos climatizados; banheiros masculino e feminino (2 deles exclusivos a servidores), copa para servidores (anexa à reitoria) e duas salas com capacidade para 70 alunos.

FIGURA 9: AUDITÓRIO NO 4° ANDAR DO CAMPUS ANGLO



Fonte: CCS.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. O. B. de. AMBONI, N. **Gestão de Cursos de Administração**. 1ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Presidência da República, 1996.

_____. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2002.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2004.

_____. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "Histórica e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes.** Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.** Brasília: Presidência da República, 2014.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

_____. Decreto-Lei n. 750, de 8 de agosto de 1969. **Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1969.

_____. Decreto Presidência da República n. 65.881, de 16 de dezembro de 1969. **Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Pelotas**. Brasília: Presidência da República, 1969.

_____. Decreto Presidência da República n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de**

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 119

atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004.

_____. Decreto Presidência da República n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dipõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Presidência da República, 2005.

_____. Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: CNE, 2021.

_____. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: CNE, 2004.

_____. Resolução CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010. **Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências**. Brasília: CONAES, 2010.

_____. Resolução CNE/CP n. 01, de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: CNE, 2012.

_____. Resolução CNE/CP n. 02, de 15 de junho de 2012. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: CNE, 2012.

_____. Resolução CNE/CP n. 01, de 5 de janeiro de 2021. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: CNE, 2021.

_____. Documento MEC/SERES/SETEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3 ed. Brasília: MEC , 2016.

_____. Resolução MEC/CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024**. Brasília: MEC, 2018.

_____. Portaria MEC n. 1.134, de 10 de outubro de 2016. **Revoga a Portaria MEC n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema das modalidades de ensino (semi-presencial/a distância).** Brasília: MEC, 2016.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 120

_____. Portaria MEC n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino**. Brasília: MEC, 2019.

_____. Documento MEC/INEP/DAES/SINAES, de outubro de 2017. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento**. Brasília: MEC, 2017.

COELHO, F.S.; ALMEIDA, L.S.; MIDLEJ, S.; SCHOMMER, P.C. TEIXEIRA, M.A. O Campo de Públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios (2015-2020). **Revista Administração:** Ensino e Pesquisa. Rio de Janeiro, v. 21, nº 3, p. 488-529, 2020.

COLLOR, N. **Metodologias ativas:** o que são, quais as mais famosas e como aplicar. Disponível em: https://bloga.grupoa.com.br/category/metodologias-ativas/. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

INEP. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024:** Linha de Base. Brasília: INEP, 2015.

LIMEIRA, Míriam Silvestre. O cineclube e a educação emancipatória. **Universitas Humanas**, vol. 12, n. 1-2, p. 91-97, jan./dez. 2015.

MOGRA, Imran. Role Play in Teacher Education: is there still a place for it. **Teacher Education Advancement Network Journal**, vol. 4, n. 3, p. 4-15, 2012.

SEBRAE. **Perfil das Cidades Gaúchas**. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Pelotas.pdf. Acesso em: 20 agosto 2021.

SHUKLA, Priyadarshi R.; et al. **The IPPC's first virtual Lead Author Meeting:** an evaluation by the Technical Support Unit of Working Grou III of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2020/07/IPCC-WG-III-TSU-Report-Evaluating_the_IPCCs_first_Virtual_Lead_Author_Meeting.pdf. Acesso em: 20 agosto 2021.

UFPel. **Estatuto da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 1969.

_____. **Regimento Geral da Universidade** – Pelotas, 1977.

_____. Documento PRE, de 06 de outubro de 2003. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2003.

_____. Resolução CONSUN n. 49, de 30 de março de 2021. **Resolve criar "ad referendum" o Centro de Ciências Socio-Organizcionais – CCSO, suas Câmaras e seu Núcleo Administrativo** – Pelotas, 2021.

_____. Resolução COCEPE n. 02, de 01 de fevereiro de 2006. **Regulamenta o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel** – Pelotas, 2006.

_____. Resolução COCEPE n. 03, de 08 de junho de 2009. **Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios, concedidos pela UFPel** – Pelotas, 2009.

_____. Resolução COCEPE n. 04, de 08 de junho de 2009. **Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados por alunos da UFPel** – Pelotas, 2009.

_____. Resolução COCEPE n. 14, de 12 de junho de 2014. **Altera os artigos das Resoluções 03/2005 e 14/2010** – Pelotas, 2014.

_____. Resolução COCEPE n. 10, de 19 de fevereiro de 2015. **Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas UFPel** – Pelotas, 2015.

_____. Resolução CONSUN n. 13, de 10 de novembro de 2015. **Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel** – Pelotas, 2015.

_____. Resolução CONSUN n. 08, de 21 de julho de 2016. **Aprova o Plano Institucional de Acessibilidade na Universidade Federal de Pelota**s – Pelotas, 2016.

_____. Resolução COCEPE n. 27, de 14 de setembro de 2017. **Aprova Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino a Distância** – Pelotas, 2017.

_____. Resolução COCEPE/PRE n. 29, de 13 de setembro de 2018. **Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2018.

_____. Resolução COCEPE n. 22, de 19 de julho de 2018. **Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2018.

_____. Resolução COCEPE n. 42, de 18 de dezembro de 2018. **Dispõe sobre o Regulamento de Integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2018.

_____. Documento PRE/CEC, de março de 2019. **Diretrizes para a elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da UFPel** – Pelotas, 2019.

APÊNDICE 1 -
Modelo de Requerimento de Atividades Complementares

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIO-ORGANIZACIONAIS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

REQUERIMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Nome Completo do Estudante

Número de Matrícula

Data

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 124

SUMÁRIO

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	HORAS	PÁG.
ENSINO: Participação como ouvinte da Aula Magna da Professora Laura Carvalho[9]	2	**1**
ENSINO: Voluntário do projeto "Gestão Pública em Foco"	30	**3**
EXTENSÃO: Participante do projeto "Coisa Pública – blog de gestão pública da UFPel"	30	**4**
PESQUISA: Bolsista de Iniciação Científica do Projeto "Políticas Públicas no Brasil: experiências e expectativas"	40	**6**
REPRESENTAÇÃO DISCENTE: Representante Titular do Colegiado do Curso de Gestão Pública	4	**8**
REPRESENTAÇÃO DISCENTE: Representante Titular no Conselho do Centro de Ciências Socio-Organizacionais	14	**10**
TOTAL	**120**	

[9] Os preenchimentos aqui possuem caráter meramente exemplificativo.

Anexo Novo PPC - Curso de Gestão Pública (1436288) SEI 23110.029419/2021-34 / pg. 125